

# CAPÍTULO 12

## PRECONCEITO

Marcus Eugênio Oliveira Lima

### INTRODUÇÃO

No quarto episódio da primeira temporada da série de TV “100 humanos”, é possível ter uma visão panorâmica sobre como os preconceitos se constroem e se expressam. Os apresentadores fazem uma série de perguntas para cem pessoas comuns, de vários grupos sociais, que participam de “experimentos” psicossociais. Dos 100 participantes, 80 acreditam ser mais inteligentes que os demais, 84 dizem ser mais honestos, 94 afirmam ser mais tolerantes que os outros. No entanto, em simulações de situações reais, os 100 participantes demonstram evitarem outros indivíduos que não são parecidos com eles, por possuírem certos estigmas sociais (tatuagens, velhice e obesidade). Considerando a distância mantida em interações com pessoas representantes desses três grupos estigmatizados, os organizadores da pesquisa observaram que pessoas que não usam tatuagens, em comparação com pessoas que usam tatuagens, se mantêm fisicamente mais distantes de pessoas tatuadas. No entanto, os mais jovens mantiveram interações mais próximas com pessoas idosas do que os mais idosos o fizeram e não houve diferenças nas distâncias físicas nas interações entre obesos e não obesos na relação com um obeso. Noutra tarefa, quando deveriam compor casais a partir da escolha de pares entre seis pessoas que já possuíam relacionamentos amorosos, três de sexo masculino e três de sexo feminino, 99 dos 100 participantes só

foi capaz de compor casais heterossexuais, apenas uma senhora conseguiu acertar os dois casais homossexuais do grupo. Não obstante, numa tarefa anterior, 90% deles houvesse afirmado que aprovavam o casamento homossexual.

O que essas “distâncias” e “escolhas” nos ensinam? Primeiro, que o preconceito é muito mais sentido e expresso do que conscientemente reconhecido. Segundo, que ele varia de pessoa para pessoa e se expressa em níveis diversos contra minorias diversas. Terceiro, que ele depende dos grupos aos quais pertencemos e da sua “afinidade” em relação aos grupos aos quais os outros pertencem. E, finalmente, que os nossos preconceitos se expressam em muitos planos ou dimensões, desde a distância física até o “falar mal”; interferindo, em seguida, nas nossas escolhas e visões de mundo, para chegar, muitas vezes, à exclusão e até extermínio do outro.

Mas, o que é preconceito? Você acha que tem algum preconceito? Seus amigos são preconceituosos? O Brasil é um país com muitos preconceitos? É possível combater os preconceitos ou eles são inevitáveis? O preconceito é algo que você, individualmente, pode controlar, ou você não tem controle sobre ele? Como podemos “medir” os preconceitos? Qual a relação entre o preconceito e outros fenômenos, como estereótipos, discriminação, racismo e exclusão social? Neste capítulo tentaremos responder a essas questões, apresentando algumas das principais visões, teorias e evidências de pesquisa da psicologia social sobre o fenômeno do preconceito.

Conscientes da impossibilidade de, em um único capítulo, falarmos sobre todas as formas ou tipos de preconceito, abordaremos mais em profundidade um caso típico, o preconceito racial, e remeteremos o leitor a outras fontes que abordam outros tipos de preconceito.

## 12.1 O QUE É PRECONCEITO

Existem muitas e diversas definições do preconceito. Em um dicionário comum da língua portuguesa ele é concebido como um “**juízo** de valor preconcebido sobre algo ou alguém”; ou como “**opinião ou pensamento** acerca de algo ou de alguém, construída a partir de análises sem fundamento, conhecimento nem reflexão”; “**repúdio** demonstrado ou efetivado através da discriminação de grupos religiosos, pessoas, ideias”; “**comportamento** que demonstra esse repúdio ou aversão”. Essas noções repousam na etimologia da palavra “preconceito”, que seria um pré + conceito.<sup>1</sup>

As palavras-chave nessas várias noções do preconceito na língua portuguesa são: juízo, opinião ou pensamento, repúdio e comportamento. Ou seja, coexistem no preconceito elementos de pensamento (opinião, juízos), dos afetos ou emoções (repúdio) e das ações (comportamento); sendo, portanto, um fenômeno de múltiplas dimensões. Essa é, quase exatamente, a forma como a psicologia social define uma atitude (ver Capítulo 4 deste Manual para uma revisão). Nessa disciplina, o preconceito é definido como uma atitude, uma atitude hostil contra um indivíduo, simplesmente porque ele pertence a um grupo desvalorizado socialmente (Allport, 1979, p. 7): “Uma

1 <https://www.dicio.com.br/preconceito/>.

atitude de prevenção ou de hostilidade dirigida a uma pessoa que pertence a um grupo simplesmente porque ela pertence àquele grupo, e se presume que possua as qualidades desagradáveis desse grupo”.

Preconceitos são atitudes e, como tais, se constituem em julgamentos antecipados que têm componentes cognitivos (as crenças e os estereótipos), afetivos (antipatias e aversões) e disposicionais ou volitivos (tendências para a discriminação) (ver Figura 1). Seguindo a lógica dessa definição e considerando que existem vários grupos socialmente desvalorizados, podemos ter tantos tipos de preconceito quanto pertencimentos a grupos minoritários houver na estrutura de poder (e.g., preconceito contra as mulheres ou sexismo, preconceito contra os homossexuais ou homofobia, contra transsexuais ou transfobia, preconceito contra os velhos ou idadeísmo, preconceito contra pessoas gordas, preconceito contra pessoas com deficiências físicas e/ou mentais, preconceito contra os nordestinos, contra os ciganos etc.).

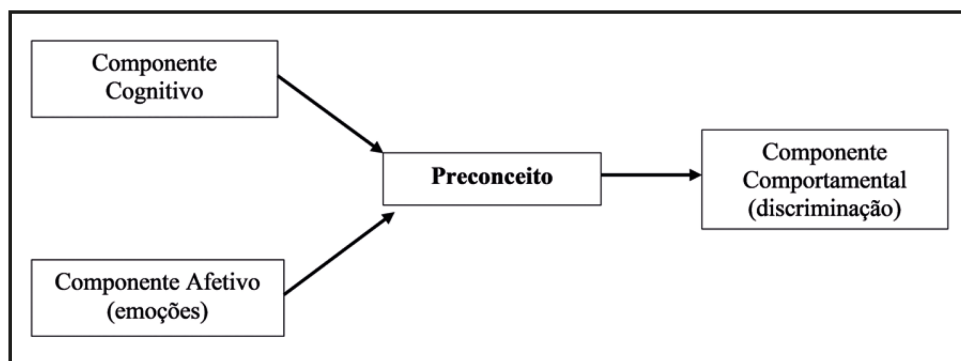


Figura 1 – Esquemática das dimensões do preconceito entendido enquanto atitude (retirada de Lima, 2020, p. 20).

Há duas diferenças importantes entre a noção mais popular do preconceito, aquela expressa nos nossos dicionários da língua, e a noção psicossocial. Vimos que o dicionário afirma que o preconceito é algo não racional, construído “a partir de análises sem fundamento, conhecimento nem reflexão”. Na psicologia social são destacados, além dos aspectos não conscientes e muitas vezes não racionalizados do fenômeno, seus aspectos estratégicos, racionais e táticos, responsáveis pelo estabelecimento, justificação e manutenção de hierarquias de poder, *status* e privilégios entre os grupos. A outra diferença é a de que, para a psicologia social, há formas mais justificáveis de preconceito do que outras, uma vez que o preconceito é entendido como uma norma social (Crandall, Eshleman, & O’Brien, 2002). Por exemplo, não gostar de alguém porque ele/ela é um neonazista é muito mais aceitável que ter preconceito contra os homossexuais. Por isso, para a psicologia social, o preconceito é mais que um “pré + conceito”, pois reflete não somente a atitude de um indivíduo, mas as posições e normas de grupo numa estrutura sociorrelacional. A esse respeito, cabe destacar a definição de preconceito formulada por Jones (1972), que recebe a influência dos processos de comparação social e relaciona o preconceito à discriminação:

*O preconceito é uma atitude negativa dirigida a uma pessoa ou a um grupo, que resulta de uma comparação social na qual o indivíduo (preconceituoso) ou o seu grupo de pertencimento é tomado como referência positiva. A manifestação comportamental do preconceito é a discriminação – as ações realizadas para preservar ou criar vantagens de um grupo em detrimento dos membros do grupo de comparação (Jones, 1972, p. 3-4).*

O leitor deve se lembrar que no referido episódio dos “100 humanos” os tatuados tinham menos preconceito contra o seu grupo que os não tatuados. Esse aspecto é destacado na definição de preconceito de Muzafer Sherif (1967). Para esse autor, o preconceito é produto do pertencimento a um grupo social. Ou seja, aprendemos com nossos pares e pessoas referenciais de nossos grupos contra quem ter e de que modo expressar o preconceito. O preconceito, nessa perspectiva, é entendido como uma norma social de conduta compartilhada, que é mais aceita por alguns membros que por outros, mais interiorizada para alguns e mais rejeitada por outros. Isso nos ajuda também a entender porque houve tanta variação nos comportamentos dos 100 participantes daquele episódio.

Ao longo dos anos, as definições do preconceito na psicologia social foram se tornando mais completas, reconhecendo no fenômeno, além dos seus aspectos mais cognitivos, os emocionais, e além dos seus aspectos mais conscientes, os não conscientes ou automáticos (Duckitt, 1992, 2001). No final da década de 1990, assiste-se a uma superação do primeiro desses aspectos, com a ênfase crescente sobre o papel das emoções no preconceito. É assim que Brown (1995, p. 8), formula a seguinte definição do preconceito: “um conjunto de atitudes sociais de inferiorização ou de crenças depreciativas, a expressão de afetos negativos, ou a expressão de comportamentos hostis ou discriminatórios contra membros de um grupo e por causa do seu pertencimento a esse grupo”.

Entretanto, de forma geral, as mais atuais definições do preconceito baseiam-se em Allport e refletem uma forte influência da cognição social, uma vez que concebem este fenômeno como um erro cognitivo. Augoustinos e Reynolds (2001) sintetizam o conteúdo das modernas definições do tema e pontuam dois aspectos principais no modo como o preconceito é definido: a) uma orientação negativa em relação a membros de determinados grupos; e b) algo que é aversivo, não justificado, irracional, errado e inflexível. Alguns autores acrescentam a essa noção de preconceito seu caráter racional e estratégico, definindo-o como uma decorrência de relações assimétricas de poder entre os grupos sociais (e.g., Billig, Condor, Edwards, Gane, Middleton, & Radley, 1988; Operario & Fiske, 1998; Vala, Brito, & Lopes, 1999). Ou ainda como “uma atitude de nível individual (subjetivamente positiva ou negativa), dirigida a grupos e a seus membros, que cria ou mantém relações de status hierárquicos entre os grupos” (Dovidio, Glick, & Rudman, 2008, p. 7). Ou, mais recentemente, como “aquelas ideologias, atitudes e crenças que ajudam a manter e legitimar hierarquias e explorações nas relações grupais” (Sibley & Barlow, 2018, p. 1).

Tais perspectivas situam o preconceito no campo das relações de poder entre os grupos, de forma a considerar que não é porque os outros são diferentes que não gosto deles, mas, ao contrário, não gosto deles e é por isso que os percebo como diferentes de mim:

*Na nossa perspectiva, não é o processo de construção da identidade ou o processo de categorização que geram discriminação e preconceito. O que parece ser bastante plausível é que estes processos reflectam as relações sociais onde ocorrem e que, conseqüentemente, as legitimem, quer através da idealização do endogrupo, quer através da construção de uma imagem negativa sobre exogrupos relevantes. (Vala, Brito, & Lopes, 1999, p. 13-14)*

Como já havia referido Jean-Paul Sartre (1944/1968, p. 8), no seu livro *Raça e História*: “Longe da experiência engendrar a noção de judeu, é esta, ao contrário, que ilumina a experiência; se o judeu não existisse, o anti-semita inventá-lo-ia”. Sabemos que existem muitos tipos de preconceitos. Cabe, portanto, indagar se uma única definição seria capaz de nos fazer entender as múltiplas manifestações do fenómeno. Ou seja, se ela nos ajuda a conceber o preconceito de cor, de género, de orientação sexual, de idade, de religião, dentre outros.

Não obstante cada tipo de preconceito ter suas especificidades, alguns elementos são comuns a todas as formas: a) a ênfase ou a construção das diferenças entre os grupos e a sua e hierarquização (“eles são diferentes e nós somos melhores que eles”); b) os sentimentos e emoções negativas contra alguém, simplesmente porque pertence a outro grupo (“não gosto/tenho pena/nojo/raiva/medo... deles”); c) a uniformização ou homogeneização dos membros do grupo, alvos de preconceito (“eles são todos iguais”); e d) uma resistência cognitiva e social à desconfirmação das crenças e expectativas negativas em relação a esse grupo, mesmo quando as evidências favoráveis ao grupo são fortes (“as exceções confirmam a regra”).

Sumarizando este tópico, podemos dizer, juntamente com Lima (2020), que três aspectos principais do preconceito são destacados na psicologia social: 1) o preconceito é simultaneamente individual e grupal, sendo necessário considerar seus diversos níveis de manifestação; 2) o preconceito é contextual, pois trata-se de uma “atitude-em-contexto” (Eagly & Diekman, 2008), influenciada pelas normas sócio-históricas vigentes e pelos interesses envolvidos nas relações; e 3) o preconceito é relacional, pois depende do tipo de minoria envolvida e da distribuição de poder nos planos interpessoal e intergrupual da relação estabelecida. No Quadro 1 é apresentada uma síntese das várias definições de preconceito na psicologia social, considerando os aspectos mais enfatizados em cada uma delas.

Quadro 1 - Definições de preconceito na Psicologia Social segundo a ênfase em aspectos identitários ou hierarquias de poder (retirado de Lima, 2020, p. 28)

TIPO DE ÊNFASE		
Questões identitárias ou modelos de "ser"	Relações de poder e dominação	Integração dos dois aspectos
<p>- Uma atitude evasiva ou hostil em relação a uma pessoa que pertence a um grupo, simplesmente porque ela pertence a esse grupo, e, portanto, presume-se que tenha as qualidades negativas atribuídas ao grupo" ou "uma antipatia baseada em uma generalização falha e inflexível (ALLPORT, 1954/1979, p. 7 e 9).</p> <p>- Uma atitude negativa em relação a uma pessoa ou grupo com base em um processo de comparação social em que o próprio grupo do indivíduo é considerado o ponto de referência positivo (JONES, 1972, p. 3).</p> <p>- Atitudes ou crenças sociais depreciativas, afetos negativos e a exibição de comportamento hostil ou discriminatório em relação aos membros de um grupo por conta de seu pertencimento a ele (Brown, 1995, p. 8).</p> <p>- Avaliação negativa de membros do exogrupo (STANGOR, 2009, p. 3).</p>	<p>- Uma atitude de nível individual (subjetivamente positiva ou negativa), dirigida a grupos e a seus membros, que cria ou mantém relações de <i>status</i> hierárquicos entre os grupos (DOVIDIO et al., 2008, p. 7).</p> <p>- Ideologias, atitudes e crenças que ajudam a manter e legitimar hierarquias e explorações nas relações grupais (SIBLEY &amp; BARLOW, 2018, p. 1).</p> <p>- O preconceito (racial) não é simplesmente uma legitimação da exploração de classe, mas também uma forma de construção e organização do mundo social que identifica um certo grupo como uma posição "natural" de dominação (MILES, 1989, p. 105).</p>	<p>- Na nossa perspectiva, não é o processo de construção da identidade ou o processo de categorização que geram discriminação e preconceito. O que parece ser bastante plausível é que estes processos reflectam as relações sociais onde ocorrem e que, conseqüentemente, as legitimem, quer através da idealização do endogrupo, quer através da construção de uma imagem negativa sobre exogrupos relevantes (VALA, BRITO, &amp; LOPES, 1999, pp. 13-14).</p> <p>- É, fundamentalmente, um fenômeno das relações entre grupos nas quais dois aspectos devem ser destacados: a) o processo de identificação de si com os outros e b) a percepção das relações e interesses do grupo de identificação em relação aos outros grupos (BLUMER, 1958, p. 3).</p>

## 12.2 DE QUEM É O PROBLEMA?

Até então procuramos definir o preconceito à luz da psicologia social. No entanto, antes de prosseguirmos, é preciso destacar ainda um aspecto do fenômeno que interfere decisivamente na sua percepção. Mais cedo referimos que o preconceito é muito mais sentido e expresso do que reconhecido. Trata-se de um aspecto essencial na análise, o preconceito é um tema árduo de abordar, um fenômeno escorregadio para se detectar e um crime difícil de coibir, porque raramente é assumido. Nas discussões cotidianas ele aparece como algo da ordem do indesejável, do "feio" e condenável, quase sempre como um problema do outro, seja o outro vítima, seja o outro autor,

raramente como um problema do sujeito da fala. Mas, será o preconceito apenas um problema do outro? E quem é esse outro? Vamos começar ouvindo o que tem a dizer um brasileiro de classe média alta, branco e de sexo masculino:

*Sou um pequeno empresário, residente nos EUA. Viajo a negócios para vários países. Até o ano de 2000 eu usava passaporte brasileiro. Ao entrar na Europa via Portugal, Espanha ou Itália, era sempre a mesma história: perguntas e mais perguntas sobre meu destino, hotel, quantidade de dólares etc. A partir de 2001, passei a usar passaporte americano. Por coincidência, nunca mais, em dezenas de viagens à Europa, fui questionado por qualquer autoridade imigratória. Minto, fui questionado uma vez, numa viagem Atlanta/Milão, por distração, apresentei o passaporte brasileiro. O agente ficou surpreso quando viu que eu era brasileiro, perguntando por que eu estava entre os americanos, quanto dinheiro trazia, quanto tempo ia ficar etc. (Folha online, 07/03/2008).*

Não será difícil ao leitor imaginar como esse mesmo empresário seria tratado se, além de brasileiro, fosse mulher, negro, mulato, índio ou transexual. Vários estudos mostram que há no Brasil muito preconceito e discriminação contra negros, mulheres, índios, homossexuais, idosos, pessoas gordas, evangélicos, umbandistas, dentre outros grupos minoritários. Se você não pertence a nenhuma dessas categorias sociais, para descobrir o nível do preconceito basta entrar em um espaço em que as pessoas não se preocupam muito com o “politicamente correto”, como em comunidades virtuais, e procurar *posts* sobre elas. Um mapeamento de discursos presentes no *Facebook* entre dezembro de 2015 a fevereiro de 2016, indicou que os homossexuais eram associados à promiscuidade, violência doméstica e pedofilia, havendo comentários abertamente homofóbicos que eram muito compartilhados e curtidos (Silva, 2016). Outro estudo, indicou que 67% de uma amostra de estudantes referiu que foram alvo de *cyberbullying* homofóbico na adolescência e 34% admitiram ter postado pelo menos uma vez uma comunicação de teor homofóbico (Magalhães, Cameira, Rodrigues, & Nogueira, 2019).

A violência preconceituosa explícita não está circunscrita apenas às comunidades virtuais. Entre janeiro e maio de 2019, foram assassinados em nosso país 141 homossexuais (Sousa & Arcoverde, 17/05/2019).<sup>2</sup> Somos campeões mundiais em homicídios contra gays.<sup>3</sup> Somente em 2007, 76 pessoas foram assassinadas por serem indígenas e, 2019, foi o ano que mais se matou lideranças indígenas no Brasil moderno.<sup>4</sup> No pri-

2 <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/05/17/brasil-registra-uma-morte-por-homofobia-a-cada-23-horas-aponta-entidade-lgbt.ghtml>

3 <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-homossexuais-no-mundo>

4 <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/12/10/mortes-de-liderancas-indigenas-batem-recorde-em-2019-diz-pastoral-da-terra.ghtml>



meiro semestre de 2020, foram assassinadas 648 mulheres por motivação relacionada ao gênero (feminicídio). Em 2017, o Brasil ocupava a 7ª posição no *ranking* mundial de feminicídios, em 2019 já ocupava o 5º lugar (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos – ACNUDH). Há mais mortalidade infantil entre os negros do que entre brancos. Uma mulher negra recebe, em termos de salário, pouco mais da metade do que recebe uma mulher branca e menos a metade do que recebe um homem branco, mesmo em estratos de mesma escolaridade (Mendonça, 13/11/2019).<sup>5</sup>

Seriam muitos os dados, acreditamos que esses já são suficientes para situar o preconceito como problema de todos nós e entendermos que é importante para estudantes, cientistas sociais e cidadãos comuns informarem-se melhor sobre as lógicas de operação e modos de controle desse fenômeno. Vamos, a partir de agora, tentar entender como se constroem os preconceitos.

## 12.3 A FORMAÇÃO DOS PRECONCEITOS

No tópico anterior, vimos que existem muitas definições de preconceito e que é nuclear à maioria delas a noção do preconceito como um julgamento desfavorável, feito antes de um exame ponderado e mantido rigidamente mesmo quando as evidências o invalidam (Williams Jr., 1996). Mas será que sempre existiu e existirá preconceito? Todas as culturas e sociedades são preconceituosas? Todas as pessoas são preconceituosas? Todos possuem preconceitos na mesma intensidade?

Estamos diante de questões fundamentais, que carregam implicações ou consequências da máxima importância ética e política. Se o preconceito sempre existiu, então ele sempre existirá. Se ele existe em todas as culturas, então todos possuem preconceitos. Se todos são “imanentemente” preconceituosos, então não há o que fazer e talvez estejamos perdendo nosso tempo neste texto.

Vamos, então, analisar aspectos da formação, função e manutenção dos preconceitos. O passo inicial para responder a tais questões é o de entender as origens do preconceito. As explicações para a origem do preconceito vêm, sobretudo, da sociobiologia, da antropologia e da história. Na análise psicossocial das causas do preconceito, conforme Lima (2020), são considerados desde seus aspectos individuais (fisiológicos, neurológicos, afetivos e cognitivos), até os aspectos coletivos das relações entre grupos (poder, conflitos, ideologias e normas).

### 12.3.1 CAUSAS BIOLÓGICAS

Na perspectiva da sociobiologia, afirma-se que o preconceito surge das relações de conflito e ódio entre os grupos, e que essas relações se caracterizam por três aspectos constitutivos da evolução das espécies: a) aptidão para a inclusão; b) tendência à criação de sistemas de autoridade; e c) hostilidade intergrupual (Fishbein, 2004). A aptidão

5 [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/12/politica/1573581512\\_623918.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/12/politica/1573581512_623918.html)



para a inclusão prevê que os membros de uma comunidade tendem a preferir seus parentes em detrimento dos outros. Estudos nessa perspectiva demonstram que os primatas são evolutivamente predispostos ao favorecimento endogrupal, ou seja, do seu grupo de pertencimento, e que, na ausência de recursos materiais, podem apresentar antagonismo contra o grupo dos outros (exogrupos). Algo semelhante aconteceria com os seres humanos que, devido às suas necessidades adaptativas, se organizam em sistemas hierárquicos de autoridade, sendo esses sistemas os responsáveis pela difusão, aceitação e interiorização de crenças, valores e atitudes, dentre as quais estaria o preconceito. De modo que, a criação de sistemas de autoridade seria a principal causa genético-evolutiva do preconceito contra outros grupos (Fishbein, 2004).

A hostilidade intergrupala, por sua vez, está evolutivamente ligada, de forma primária, à busca de proteção das fêmeas e dos jovens do grupo e, secundariamente, ao controle da alimentação e à busca de coesão grupal. Estudos feitos com macacos, bem como inferências acerca de tribos humanas de caçadores e coletores, indicam que a hostilidade intergrupala é mais forte entre os machos que entre as fêmeas (Fishbein, 2004).

Seguindo ainda uma perspectiva evolucionista, biológica, de análise das causas do preconceito, é preciso considerar que se ficássemos, enquanto espécie, restritos às três necessidades referidas: aptidão para a inclusão, tendência à criação de sistemas de autoridade e hostilidade intergrupala, perderíamos outro aspecto fundamental na adaptação e sobrevivência: a variabilidade genética. Essa necessidade produz no ser humano a busca de contatos fora dos grupos mais restritos de pertencimento, ou seja, relações intergrupais de amizade e amor, o que alimentaria outra força, também de origem biológica, de atratividade do exogrupo, a qual se contrapõe às forças que produzem preconceito e hostilidade para com o diferente. Tal ambivalência de impulsos e necessidades estaria na base das ambivalências entre amor e ódio que os preconceitos muitas vezes carregam. Contudo, a visão dominante na sociobiologia do preconceito advoga a favor da existência de uma base evolucionária, enraizada nas necessidades de sobrevivência, para o preconceito e a discriminação entre os seres humanos (Fishbein, 2002, 2004).

Aprofundando essa perspectiva, Pierre van den Berghe refere a necessidade de considerar, ao mesmo tempo, os aspectos objetivos ou biológicos e os subjetivos ou culturais das relações raciais e étnicas. Ele defende que no âmbito da chamada “aptidão para incluir”, os animais, dentre eles os seres humanos, preferem incluir os parentes ou os geneticamente mais parecidos e excluir os diferentes (van den Berghe, 1978). Tal “aptidão biológica” (objetiva), se baseia numa expectativa psicológica (subjetiva), que pode ser assim expressa: as semelhanças aparentes (físicas) entre parentes consanguíneos significam que eles têm valores, crenças e comportamentos semelhantes (cultura), o compartilhamento desses atributos conduz à maior preferência por eles. Seguindo essa lógica argumentativa, o autor afirma que apenas em sociedades em que houve pouca ou nenhuma miscigenação é que se sustentam formas mais flagrantes e violentas de preconceito racial ou étnico, como na África do Sul e nos Estados Unidos. Em sociedades miscigenadas esse preconceito seria menor. Mas será mesmo assim?

Freud já nos ensinava que para entender a filogênese é importante analisar a ontogênese. Nesse sentido, estudos sobre as causas do preconceito na infância podem nos ajudar a entender melhor as causas do fenômeno.

### 12.3.2 CAUSAS ONTOGENÉTICAS

Como descrito no capítulo de Dalila França, neste livro, muitas pesquisas mostram que, por volta dos três anos de idade, as crianças já conseguem perceber-se como fisicamente distintas de outras e já apresentam consciência da sua pertença a um determinado gênero e etnia. Além disso, a partir dessa idade, as crianças já são capazes de apresentar a competência cognitiva da constância racial e de raciocinar em uma lógica de tipo essencialista, concebendo que há invariantes nos pertencimentos sociais que os tornam análogos a pertencimentos naturais. Crianças por volta dos três e quatro anos de idade afirmam que um tigre permanece tigre mesmo que seja alterada a aparência do animal, colocando, por exemplo, uma roupa de leão nele ou quando ele nasce albino (Hirschfeld, 1998).

Não obstante tais achados da psicologia do desenvolvimento, não há evidências empíricas sobre simbolismo da cor ou atitudes preconceituosas em crianças de menos de três anos de idade e, mais importante, a evidência empírica encontrada demonstra que o preconceito de gênero em crianças pré-escolares, avaliado em atividades de escolha de bonecas, é mais forte que o de cor (Katz, 1976). França e Monteiro (2004) demonstram que, à medida que as crianças vão evoluindo cognitivamente elas vão se tornando mais capazes de aceitar e interiorizar as normas dos seus grupos em relação ao tratamento de outros grupos, seja de forma mais explícita e direta, seja de forma mais implícita e indireta.

Além de tais evidências nos estudos sobre desenvolvimento infantil contra a hipótese de uma tendência biológica ao preconceito, existem as evidências da antropologia e da história. Ashley Montagu, em uma perspectiva antropológica, afirma que, embora não se possa negar a existência de uma agressividade inata e universal na espécie humana, o objeto contra o qual essa agressividade será dirigida é definido pelas condições particulares de cada contexto, de tal modo que a agressividade comum a todos os seres humanos não seria o motivo do preconceito racial, mas apenas a energia emocional que o alimenta quando encontra as condições necessárias para tal. O autor foi um dos primeiros e mais importantes críticos da ideia de raças humanas. Para ele não existe nenhuma conexão entre comportamentos, traços mentais e raça. Em 1942, época do nazifascismo, ele escreveu um importante livro intitulado *Man's Most Dangerous Myth: The Fallacy of Race*, que teve papel decisivo nos movimentos antirracistas capitaneados pela UNESCO a partir da década de 1950 (Chor Maio & Ventura Santos, 2015).

Na perspectiva da história, Frank Snowden, realiza uma série de estudos em que demonstra que na antiguidade, nos contatos entre gregos, romanos e etíopes, não havia preconceito de cor. Relatos de poetas e historiadores da época, tais como Hesíodo, Xenófanes e Heródoto, retratam um povo de pele negra, vivendo ao sul, com nariz

largo e cabelos enrolados, que, não obstante todas as diferenças físicas em relação aos gregos, era percebido como sábio, guerreiro, justo e belo (Snowden, 1995). Mesmo quando as relações entre esses grupos passam a ser de conflito e guerra, as imagens positivas permanecem, não havendo na antiguidade clássica o que hoje chamamos de uma “linha de cor” separando os grupos humanos (Snowden, 1983).

As diferenças em termos de cor da pele, costumes e vestimentas eram explicadas pelos gregos com base em uma teoria ambientalista, afirmando que os povos do sul, que viviam em regiões ensolaradas, eram diferentes por causa do clima e das condições geográficas. Mesmo no início da era cristã a imagem dos negros permanece positiva. Apenas na época da Patrística, início da Idade Média, é que começa a ser construído no seio da Igreja Católica um simbolismo que assimila o mal e demoníaco à cor negra e a virtude e o divino à cor branca (Snowden, 1995). Há, entretanto, divergências sobre se a Igreja Católica foi precursora do preconceito contra os negros. Fredrickson (2004), outro importante historiador do racismo, afirma que o mundo islâmico precedeu o mundo cristão na representação dos africanos subsaarianos como os descendentes de *Cam*, povo que foi amaldiçoado e condenado à servidão perpétua por causa das más ações de seu antepassado.

Consensual entre os historiadores é o fato de que o preconceito de cor surgiu apenas no fim da Idade Média e início da Modernidade, no âmbito dos interesses comerciais de uso de escravos negros. A partir de então, surgiu e, progressivamente, se espalhou, uma associação da cor negra com a servidão, o que tornou mais fácil tratar os negros com a brutalidade típica e necessária desse modo de produção.

### 12.3.3 CAUSAS COGNITIVAS

A psicologia cognitiva também produz uma teoria sobre a gênese dos estereótipos e do preconceito. Essa perspectiva afirma que na busca cotidiana de conhecimento tendemos a agrupar os objetos físicos e sociais em categorias, em função da sua semelhança e/ou função. Quando formada, a categoria satura tudo que contém em um mesmo conteúdo ideativo e emocional (Allport, 1979). Ou seja, os elementos que pertencem a uma mesma categoria passam, de acordo com esse processo, a ser mais percebidos como semelhantes entre si e os que não pertencem, como mais diferentes.

Henri Tajfel (1983) aperfeiçoa essa ideia, na formulação da sua Teoria da Identidade Social, afirmando que, quando o pertencimento a um grupo ou categoria social está interligado com alguma dimensão avaliativa, cria-se uma tendência a ampliar a percepção das diferenças do grupo em relação a outros grupos naquela dimensão avaliativa, e a minimizar as diferenças internas ao grupo em relação à mesma dimensão. Por exemplo, os gays são frequentemente associados à promiscuidade sexual (dimensão avaliativa), de tal forma que basta alguém ser categorizado como “gay” para que se imagine que ele é muito semelhante a todos os outros gays em sua promiscuidade, e muito diferente dos heterossexuais neste aspecto. Ainda que, na realidade, haja proporcionalmente tantos gays quanto heterossexuais promíscuos.

Ao longo da nossa vida, nos inserimos em inúmeros grupos sociais, mas há alguns que são mais significativos para nós do que outros. Dessa forma, o universo cognitivo das pessoas é povoado por categorizações sociais mais importantes ou centrais e por outras mais periféricas. Todos esses pertencimentos desempenham um papel na auto-definição ou identidade pessoal de cada um de nós, passando a ser “nomes coletivos” que nos significam.

Uma vez construída uma categoria ou rótulo, criam-se lógicas de potencial indutivo e de inalterabilidade para essa categoria (Rothbart & Taylor, 1992). Por causa desse processo, quando conhecemos um caso particular de pertencimento a uma categoria é como se soubéssemos de todos os casos. Uma vez pertencendo a uma categoria, raramente se consegue deixar de pertencer a ela. Os judeus, mesmo quando assimilados pelo Catolicismo, não eram considerados cristãos, mas “cristãos novos”. Os pobres que repentinamente se tornam ricos são definidos como “emergentes” e não como ricos. Na Europa, mesmo que um filho de imigrante tenha nascido em solo europeu é chamado de “imigrante de segunda geração”; seus filhos serão os “imigrantes de terceira geração”. Essa forma de lógica, que naturaliza a diferença, é estudada na psicologia social por vários autores no âmbito das teorias sobre o “essencialismo” (Hirschfeld, 1998; Haslam, 1998; Haslam, Rothschild, & Ernst, 2000).

Nas explicações apresentadas sobre as causas do preconceito, nota-se que um elemento comum é a suposição de que o conflito entre grupos acompanha a história do homem, mesmo antes de este poder ser assim definido. Também parece ser ponto pacífico nessas discussões que a percepção de alguma diferença, nas comparações com o outro, seja de origem, de aparência, de crença ou de cultura, desempenha um papel importante na produção do preconceito. No entanto, o modo como se dá a passagem do conflito interespecífico e da percepção da diferença para o preconceito, está longe de ser consensual. Por que escolhemos uns grupos para discriminar e outros não? Por que às vezes somos cegos para a cor, como na antiguidade clássica, e outras vezes a cor nos cega? Finalmente, quem define o que é diferente, quando, como e por que a diferença faz diferença? No próximo tópico focaremos nossa análise nas teorias da psicologia social sobre os preconceitos.

## **12.4 A TEORIZAÇÃO SOBRE O PRECONCEITO NA PSICOLOGIA SOCIAL**

As diversas teorias e aportes para explicar o preconceito têm sido dominantes em diferentes períodos históricos, quando emergem questões sociais e políticas que definem certas visões de mundo e de homem. No Quadro 2, podemos ver uma esquematização da relação entre os contextos históricos, as definições de preconceito e as explicações dominantes para o tema na psicologia social. Não obstante seja uma análise que se aplica ao preconceito racial e que foi construída no solo da psicologia estadunidense, consideramos que alguns elementos mais comuns do fenômeno podem nos ajudar a entendê-lo de forma mais ampla e em outros contextos. Importante referir ainda que a ênfase no preconceito étnico e racial, que se notará em grande parte das teorias que apresentaremos, deve-se ao fato de que, até a década de 1960, o precon-

ceito contra outras minorias, a exemplo do gênero e da orientação sexual, ainda não era objeto de preocupação social e, portanto, de estudo na psicologia.

Até 1920, imperava a “Psicologia da Raça”, que propunha a defesa das hierarquias raciais, inclusive recebendo suporte da psicologia através dos testes de inteligência.<sup>6</sup> Nas décadas de 1920 e 1930, o preconceito passou a ser considerado como irracional e injustificável, começando a se constituir em um problema de pesquisa, sobretudo para mensurá-lo. Nas décadas de 1930 e 1940, as análises procuram identificar os processos universais que subjazem ao preconceito, o qual, sob a influência da teoria psicanalítica, passa a ser entendido como uma defesa inconsciente. Na década de 1950, as consequências do holocausto levam as análises a indagar o que torna as personalidades propensas ao preconceito, e os estudos passam a analisar as diferenças individuais na expressão do preconceito. Nos anos 1960, a questão era entender como as normas influenciavam o preconceito, e os estudos versavam sobre a transmissão sociocultural do fenômeno. Na década de 1970, a análise focava como o preconceito se enraíza nas estruturas sociais e nas relações intergrupais, o preconceito passa a ser concebido como uma expressão dos interesses grupais. Nas décadas de 1980 e 1990, a suposição de inevitabilidade e universalidade do preconceito nas relações de conflito intergrupar leva as análises a focalizarem o preconceito como resultado da categorização social e dos processos de construção identitária, isto é, da divisão do mundo social em “nós” vs. “eles”. Nos anos 2000, há uma ênfase nos processos cognitivos automáticos, focando as dimensões motivacionais e afetivas do fenômeno e buscando estratégias de controle nesses âmbitos (Duckitt, 1992, 2010).

---

6 A psicologia também produziu uma série de trabalhos que colaboraram com as ideologias racistas e preconceituosas, mesmo depois dos anos 1920, a exemplo da psicologia diferencial, dos trabalhos sobre inteligência de Hans Eysenck. Para uma análise sistemática do racismo na psicologia veja o texto de Michael Billig (1979) *Psychology, racism & facism: A searchlight booklet*. Birmingham: A. F. & R. Publications.

Quando 2 – Mudanças históricas nas abordagens teóricas e políticas do preconceito (retirado de Duckitt, 2010, p. 31)

Contexto social e histórico	Noção de preconceito/aporte dominante	Orientação político-social dominante
Até 1920: Dominação branca e regras coloniais para “povos atrasados”	O preconceito é uma resposta natural às “deficiências das pessoas atrasadas”/ Teorias raciais	Dominação, discriminação e segregação são políticas naturais e justificadas
Na década de 1920: Desafios à legitimidade da dominação branca	O preconceito é irracional e injustificável/ Medidas e estudos descritivos do preconceito	O preconceito pode desaparecer com a ajuda da ciência, mostrando que ele é errado e não justificável
Entre 1930 e 1940: A persistência e onipresença do “racismo dos brancos”	O preconceito é uma defesa inconsciente/ Hipótese da Frustração-Agressão e Psicanálise	Aceitação gradual da assimilação cultural das minorias sociais
Na década de 1950: A ideologia racial nazista e o holocausto	O preconceito está enraizado nas ideologias antidemocráticas e nas personalidades autoritárias	Os valores da democracia podem erodir a intolerância e o preconceito
Na década de 1960: O problema do racismo institucional no Sul dos EUA	Explicações socioculturais/Racismo enraizado nas normas sociais e estruturas sociais discriminatórias.	Leis antidiscriminação e segregação
Na década de 1970: O problema do racismo informal	O preconceito é uma expressão dos interesses dos grupos dominantes para manter as desigualdades	Redução das desigualdades por meio de Políticas de Ação Afirmativas e empoderamento das minorias
Entre 1980 e 1990: A persistência dos estereótipos, preconceitos e discriminação	O preconceito é expressão de um processo cognitivo universal/ Categorização e identidade social	Políticas multiculturais para a construção de identidades positivas e promoção da tolerância
Anos 2000: Vivendo num mundo de múltiplas, intensas e irracionais hostilidades intergrupais	O preconceito é complexo, afetiva e motivacionalmente dirigido	Abordagens amplas e variadas para alterar padrões de preconceito e dinâmicas sociais

Conforme refere Lima (2020), é a partir da década de 1950 que o tema do preconceito começa a ser analisado de forma mais sistemática na psicologia social. Isso se deve, em ampla medida, ao livro *The nature of prejudice* publicado pela primeira vez em 1954 pelo psicólogo social estadunidense Gordon Allport, que se tornaria uma referência incontornável. Para Allport, o preconceito é um fenômeno multicausal, de forma que existem muitas explicações possíveis para ele. Tais explicações devem ser lidas como o objetivo de chamar a atenção para um importante fator causal do fenômeno, sem implicar que outros fatores não estejam também operando simultaneamente na sua produção. Nesse sentido, não existe uma teoria que, sozinha, seja capaz de explicar de forma completamente satisfatória o preconceito. A melhor estratégia é, portanto, integrar planos explicativos ou níveis de análise.

Allport (1954/1979) propõe que os diversos planos explicativos do preconceito se estruturam à semelhança de um telescópio, integrando seis diferentes níveis que variam do próximo para o distante. Na Figura 2 vê-se que o preconceito pode ser entendido desde os seus determinantes históricos, decorrentes da relação entre os grupos; até os seus determinantes individuais, referentes às personalidades e a percepção de atributos nas vítimas que induzam a sua desvalorização. Também é salientada a dimensão de socialização ou aprendizado e difusão das atitudes preconceituosas. Destaca-se ainda o tipo de vítima ou grupo-alvo, que interferirá de forma decisiva no tipo de preconceito, na sua intensidade e formas de expressão (ver Lima, 2020 para uma revisão).

Nesse sentido, para entender o preconceito devemos considerar desde um plano neurológico, que impacta processos fisiológicos e reações emocionais, ligadas à região cerebral da amígdala; assim como os processos cognitivos da percepção. Noutro patamar, interconectado, temos o plano intrapsíquico, das personalidades mais ou menos preconceituosas, no qual devemos considerar os aspectos específicos da socialização e aprendizado da norma do preconceito e do seu combate. A um terceiro nível deve-se ter em conta aspectos das relações interpessoais, das amizades e conflitos nos contatos pessoais, por exemplo. O quarto plano considera as relações intragrupo ou dentro dos grupos, destacando o *status* e poder das pessoas nesses grupos. Sabemos que o racismo dos brancos pobres é diferente do racismo dos brancos ricos. O quinto nível explicativo do preconceito é o das relações entre grupos ou intergrupais. Nele são enfatizadas as relações de interdependência positiva (cooperação) ou negativa (conflito) e os interesses de domínio e legitimação envolvidos nessas relações. Finalmente, num plano mais amplo, o sexto, devemos considerar que as sociedades se integram numa lógica intersocietal, definindo e impondo, em escala global, culturas e formas de rel

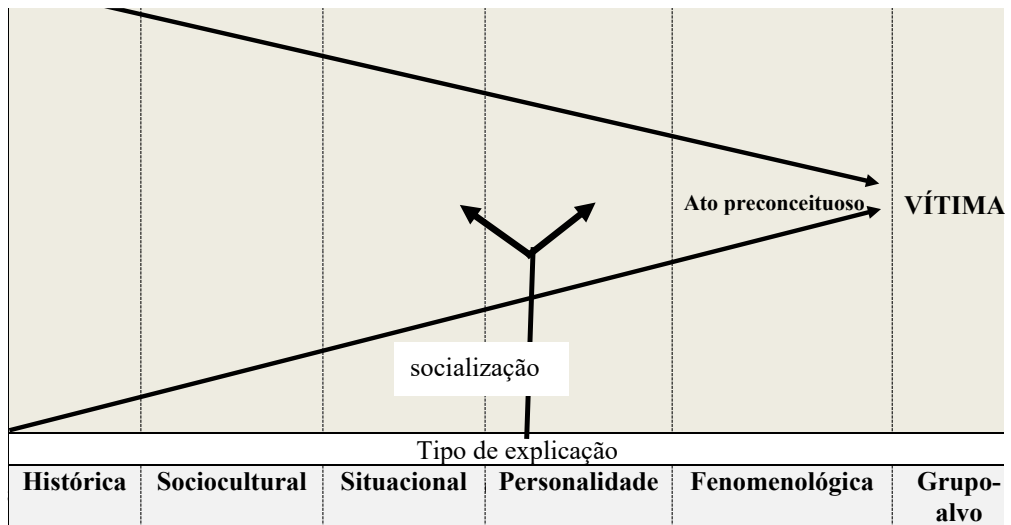


Figura 2 - Modelo do telescópio sobre os níveis de explicação do preconceito (Extraído de Allport, 1979, p. 207).



Em seguida, apenas por estratégia didática, destacamos algumas das principais teorias do preconceito considerando a integração dos níveis neurológico e intrapsíquico num plano mais amplo, que chamaremos de individual; os níveis interpessoal, intragrupo ou posicional e intergrupar serão integrados ao plano das explicações culturais; enquanto que o intersocietal será analisado em termos de explicações históricas.

#### 12.4.1 TEORIZAÇÕES INDIVIDUALIZANTES

Seguindo o modelo do telescópio de Allport (1979), algumas teorias enfatizam os aspectos mais individuais, em termos da personalidade ou das dinâmicas psicológicas do preconceito. Dentre elas, merecem destaque as teorias da Frustração-Agressão, da Personalidade Autoritária e da Dominância Social.

A teoria ou, mais precisamente, hipótese da Frustração-Agressão (F-A), surgiu no final da década de 1940 para integrar contribuições da psicanálise e o do behaviorismo no entendimento da agressão. Seus autores propõem que a agressão é sempre precedida de uma frustração, e a frustração produz alguma forma de agressão. A frustração consistiria em impedir a realização de alguma expectativa do organismo. O organismo então agrediria para descarregar a energia psíquica represada (Dollard, Dood, Miller, Mowrer, & Sears, 1939). Em termos psicanalíticos, a agressão seria a “catarse” ou descarga dessa energia.

O principal suporte empírico para a hipótese F-A foi a análise que Hovland e Sears fizeram sobre os linchamentos de negros no Sul dos Estados Unidos entre os anos de 1882 e 1930. Esses autores observam que quanto menor o preço do algodão, maior o número de linchamentos. A explicação para o fenômeno era que a frustração dos agricultores brancos encontrava nos trabalhadores negros a sua descarga catártica ideal, sendo estes o “bode expiatório” da ira dos primeiros, que então expressavam preconceito (Nelson, 2002).

Todavia, ainda que pesquisas mais recentes confirmam que a frustração, muitas vezes, gera agressão (ver Anderson & Huesmann, 2003 para uma revisão), o cerne da hipótese F-A para explicar o preconceito pode ser questionado em vários aspectos. A Teoria da Aprendizagem Social demonstra que nem sempre a frustração produz agressão e que muitas vezes a agressão ocorre sem frustração prévia (Hogg & Vaughan, 1998). A partir dessa constatação, as explicações começam a considerar que não é a frustração objetiva que produz o preconceito, mas o sentimento de ter sido frustrado (frustração subjetiva). Ademais, os sentimentos negativos, de forma geral, não apenas de frustração, poderiam levar à violência e ao preconceito. Esses desdobramentos da hipótese F-A influenciaram no surgimento de uma teoria mais ampla, de âmbito não apenas individual, chamada de “Teoria da Privação Relativa”.

Depois da Segunda Guerra Mundial, sob a égide da psicanálise, ocorre uma mudança no paradigma de análise do preconceito. Embora permaneça o foco individualizante das teorias, com ênfase nos aspectos psicológicos, o novo aporte considera o preconceito como resultado de uma estrutura relacional de personalidade,

forjada na primeira infância, que levaria as pessoas à adoção de atitudes preconceituosas. O preconceito passa a ser visto como expressão de uma necessidade interna gerada por uma personalidade patológica. O principal representante dessa perspectiva de entendimento do preconceito é a teoria da personalidade autoritária formulada por autores da Escola de Frankfurt logo depois da Segunda Guerra Mundial.

A Teoria da Personalidade Autoritária (TPA), diferentemente da hipótese da Frustração-Agressão que enfatizava processos psíquicos não racionais, fundamenta-se na formação de estruturas de personalidade que geram o preconceito. A TPA, que surgiu no cenário pós-guerra para entender como foi possível tanta adesão aos horrores do nazifascismo, adotou como hipótese geral a crença de que apenas pessoas com disfunções ou distúrbios de personalidade poderiam tolerar ou participar das atrocidades do nazismo e que esses “distúrbios de personalidade” eram socialmente produzidos (Adorno, Frenkel-Brunswik, Levinson, & Sanford, 1950). O conjunto de trabalhos realizados pelo grupo de Adorno nas décadas de 1940 e 1950 buscava investigar como as convicções políticas, sociais e econômicas de um indivíduo formavam um padrão coerente e construía um tipo de mentalidade ou espírito, enfim, uma personalidade, suscetível a render-se aos apelos da propaganda antidemocrática e fascista.

Ainda que a ênfase esteja na personalidade individual, a TPA é, talvez, a primeira teoria mais psicossocial formulada para explicar o preconceito, uma vez que procura articular os fatores econômicos, políticos e sociais com os psicológicos na análise do fenômeno (Crochík, 2006). Dois postulados norteiam as formulações dessa teoria: 1) o antisemitismo não é um fenômeno isolado ou específico contra judeus, mas uma parte de uma ideologia mais ampla; e 2) a suscetibilidade dos indivíduos aos apelos dessa ideologia depende das suas necessidades psicológicas (Adorno et al., 1950).

A teoria propõe que o preconceito é consequência de uma personalidade autoritária, a qual é definida como uma configuração de características que incluem respeito e obediência exagerados às figuras de autoridade, obsessão pelas hierarquias de poder e de *status*, intolerância à ambiguidade ou incerteza, desejo de situações rigidamente definidas, sem ambiguidades, e dificuldades de realização pessoal. Esses traços seriam impressos na personalidade da criança desde o início da infância e a tornariam um adulto preconceituoso.

Embora ainda seja atual em vários aspectos, sobretudo na sua tentativa de articular elementos de âmbito social aos psicológicos, a TPA recebe uma série de críticas. Uma primeira refere-se à pouca ênfase sobre os fatores situacionais e socioculturais do preconceito. Analisando comparativamente os racismos da África do Sul e do Sul dos EUA na década de 1950, constatou-se que, apesar de haver mais preconceito racial entre os brancos da África do Sul do que entre os dos EUA, eles não diferiam em termos de personalidade autoritária; sendo as variáveis de conjuntura econômica e histórica mais explicativas dos tipos de preconceito do que as de personalidade (Pettigrew, 1958).

Há ainda variantes teóricas mais psicanalíticas na explicação individualista do preconceito. Maria Aparecida Silva Bento propõe que existe no preconceito uma relação dialógica: de um lado, a estigmatização de um grupo como perdedor e a omissão

diante da violência por ele sofrida; de outro um silêncio cúmplice para com o grupo que pratica a violência racial e dela se beneficia simbólica e materialmente. Considerando a análise freudiana do narcisismo, Bento (2002) afirma que a preservação do amor a si opera pela defesa do indivíduo e gera aversão contra o outro diferente. Isso levaria as pessoas a projetarem sobre os outros as mazelas e defeitos que não podem assumir. Nessa lógica, o outro seria construído com base em referências do próprio eu, e a diferença seria percebida como uma ameaça, que geraria medo. O medo do diferente seria a essência de toda forma de preconceito e estaria enraizado no inconsciente (Bento, 2002).

José Leon Crochík, desenvolvendo essa perspectiva, afirma que a própria configuração social moderna se tornou narcisista, uma vez que não reconhece mais os seus membros, os indivíduos, e adquiriu sobre eles um tal grau de autonomia que quase não necessita mais deles nas suas lógicas de reprodução. Na sua análise do preconceito, Crochík (2006) segue os caminhos dos teóricos da Escola de Frankfurt ao afirmar que esse fenômeno decorre da necessidade de dominação que os homens têm na busca pela autoconservação, e que pode ser superado pelo progresso, por formas de vida que levem à eliminação da luta diária pela sobrevivência.

O pressuposto psicanalítico fundamental, que sintetiza as concepções da Escola de Frankfurt sobre o preconceito, é claramente expresso por Crochík (2006) quando afirma que: “Conforme temos alegado, a dominação da natureza é concomitante com a introjeção da violência do homem sobre si mesmo, que reaparece na relação com outros homens” (p. 116). Esse também é um pressuposto básico em uma versão mais moderna das relações entre personalidade, busca pelo poder e preconceito: a Teoria da Dominância Social.

A Teoria da Dominância Social (TDS) propõe que as pessoas teriam uma Orientação para a Dominância Social (ODS). De acordo com os proponentes da teoria, a ODS é uma motivação básica para dominar os outros, que estrutura hierarquias e se opõe à igualdade. A orientação para a dominação leva “ao desejo do indivíduo de que seu grupo domine o outro grupo e que dentro do seu grupo ele ou ela domine os outros membros” (Sidanius, Pratto, & Bobo, 1996, p. 1000). A ODS é mensurada por perguntas do tipo: “vencer é a coisa mais importante quando um jogo é jogado”; “é necessário estar sempre à frente independentemente dos meios utilizados”; “algumas vezes a guerra é necessária para pôr certos países em seus lugares”; “grupos inferiores devem permanecer nos seus lugares”. Quanto maior a concordância com essas de afirmações maior a orientação para a dominância social e maior o preconceito.

A TDS propõe a existência de três grandes sistemas de hierarquias de grupos humanos que estariam presentes na maioria das culturas. O primeiro é o *sistema etário*, de acordo com o qual os adultos possuem mais poder que os jovens. O *patriarcado*, segundo sistema, estabelece que os homens desfrutem de mais poder do que as mulheres. O terceiro sistema de hierarquias é chamado *arbitrário*, pois se refere às relações de domínio mais contextuais e históricas, como as que envolvem heterossexuais vs. homossexuais, brancos vs. negros, cristãos vs. muçulmanos (Sidanius, Cotterill, Sheehy-Skeffington, Kteily, & Carvacho, 2018). Tais sistemas de dominação explicariam a existência de vários tipos de preconceito. Todavia, cabe indagar, se estamos mesmo, em todas as situações, buscando o poder e o domínio sobre os outros?

Para responder a essa pergunta vale a pena recuperarmos uma crítica aos modelos teóricos baseados na concepção *hobbesiana* da luta pelo poder. Para esse autor, o que a criança procura desde o início de sua vida não é o poder pelo poder, mas afeto e relações próximas e amigáveis, de modo que o desejo de simbiose e de relações de amor é anterior e fundante em relação ao ódio pelo outro (Allport, 1979). Essa asserção nos permite passar a discorrer sobre um segundo grupo de teorias do preconceito, aquelas que enfatizam os aspectos históricos na análise do fenômeno.

#### 12.4.2 TEORIZAÇÕES HISTORICISTAS

Em relação ao preconceito racial ou étnico, a perspectiva histórica defende que ele surgiu devido ao interesse dos europeus colonizadores em justificarem a sua expansão colonial e exploração dos negros e índios. De forma que a segregação e discriminação dessas minorias surgiram como mecanismos para prevenir ou evitar sentimentos de simpatia, solidariedade e mesmo de culpa. Vários autores defendem essa perspectiva, com destaque para Robert Miles (1989, p. 25) que afirma:

*O contato direto e as interações com as populações fora da Europa foram acompanhados por uma simultânea reafirmação e reconstrução das primeiras representações (Walvin, 1986). As classes europeias envolvidas neste processo reconstruíram as representações destas populações indígenas, a fim de legitimar suas ações e responder às suas experiências com estas populações. Era um complexo de articulação entre a justificação dos interesses e estratégias de uma classe, e a observação empírica de mudanças situacionais. A representação do outro que resulta deste processo era homogênea e não estática.*

Miles (op. cit.) afirma, ainda, que mais do que um mecanismo de exploração e legitimação, o preconceito permite organizar a sociedade de uma tal maneira que os grupos percebem sua posição na estrutura social como natural e legítima. É nesse nível de explicação que se situam, também, algumas importantes contribuições da psicologia do discurso, as quais afirmam que o preconceito é uma forma de construção ideológica que reflete as contradições, ambivalências e conflitos do sistema, e engendra práticas e retóricas sociais que legitimam as assimetrias de poder entre os grupos (Billig, 1991; Wetherell & Potter, 1992).

No âmbito da sociologia, a Teoria do Senso de Posição Grupal afirma que o preconceito surge de quatro dimensões das relações hierárquicas entre os grupos: sentimento de superioridade; sentimento de que os dominados são intrinsecamente diferentes (“outro tipo de gente”); sentimento dos dominantes de terem direito legítimo a privilégios; acompanhado do medo de que os dominados ameacem sua posição de domínio. A combinação dos sentimentos de superioridade e de distintividade levaria ao preconceito e hostilidade contra os outros. Os quatro sentimentos serviriam para

manter a posição de dominância: o de superioridade mantém os dominados abaixo, o de distintividade os mantém aquém, o de propriedade os exclui de, e o de medo mantém os dominantes vigilantes contra as ameaças (Blumer, 1958). Nas palavras de Pierre Bourdieu (1985, p. 728): “O senso do lugar de alguém, define o que alguém pode ou não pode ‘permitir-se’, implicando uma aceitação tácita do lugar, um senso de limites (‘o que não é para nós’), é o equivalente a uma sensação de distância, a ser marcada e mantida, respeitada ou esperada”.

Considerando os pressupostos da perspectiva historicista, pode-se afirmar que a luta contra o preconceito tem de enfrentar não apenas ideias, crenças e atitudes preconceituosas; mas, igualmente, as estruturas políticas, sociais e econômicas que criam essas ideias e crenças, e as demandas de justificação e legitimação destiladas por essas estruturas (Banton, 1991; Rex, 1992). Não obstante, a importância das explicações das teorias da exploração ou da legitimação para o entendimento do tema, elas não conseguem explicar: a) por que o preconceito não é igual contra todos os explorados; b) porque alguns grupos-alvo de preconceito não foram historicamente explorados, a exemplo dos *Quakers* e dos *Mórmons*, nos Estados Unidos, e dos *Judeus*, na Alemanha; e c) porque brancos pobres, operários e agricultores, também explorados, não são definidos em termos raciais e inferiorizados por isto? Tais críticas, levantadas por Allport (1979), permitem concluir que outras explicações são ainda necessárias para um entendimento mais amplo do preconceito, com destaque para aquelas que enfatizam a cultura dos grupos e os conflitos simbólicos, além dos conflitos materiais.

### 12.4.3 TEORIZAÇÕES CULTURALISTAS

As teorias que enfatizam a relação entre preconceito e cultura são muito desenvolvidas na sociologia e antropologia e estão estreitamente relacionadas com a perspectiva histórica anteriormente referida. O elemento central nas explicações do preconceito nessa lógica é o contexto no qual as atitudes preconceituosas se desenvolvem. Algumas enfatizam as tradições que levam ao conflito, outras a falta de mobilidade ou mudança nas relações entre os grupos na estrutura social ou, ainda, o tamanho e densidade das populações envolvidas e os tipos de contato entre os grupos (Allport, 1979).

Gustav Jahoda, um psicólogo culturalista, afirma que vários elementos políticos, culturais e sociais presentes nos contextos das primeiras relações entre europeus, negros e índios, agregados aos interesses econômicos, produziram o preconceito racial tal como o conhecemos. Os europeus, tomando sua própria aparência física e modo de vida como critério de completa humanidade, encontraram os “selvagens”, com sua cor de pele, sua nudez, hábitos e práticas culturais diferentes, e assim, em face ao “exótico” e ao novo, tendem a interpretar o “outro” através de categorias familiares, como “raça pliniana” ou “homens selvagens” (Jahoda, 1999). De modo que, as imagens construídas sobre os outros grupos dependem dos interesses, ideias e valores que estruturam as relações e contextos dos encontros sociais.

Allport (1979) menciona como exemplo desse tipo de teorização, as análises que enfatizam que em cidades grandes o tratamento costuma ser mais impessoal e desumano, gerando insegurança. Isso alimenta o medo e o ódio contra grupos. Por outro lado, o contexto cultural das modernas sociedades de consumo pode levar à busca pelo luxo e ostentação, consumir sempre mais, desejar mais *status* e, assim, construir e legitimar hierarquias de poder. Tudo isso conduziria a sentir como ameaçadores aqueles que não alcançam o nível de existência material que é proposto. Por conseguinte, o preconceito contra muitos grupos decorreria do fato de eles serem percebidos como mal instalados socialmente e malsucedidos economicamente, tais como os negros, os ciganos, os pobres e os migrantes.

A ênfase nos aspectos culturais do preconceito começa a partir das décadas de 1960 e 1970 (Duckitt, 1992), criando uma nova fase na análise do tema na psicologia social, a qual se caracteriza por dois movimentos: 1) a influência das teorizações sobre normas sociais no início dos anos 1960, sobretudo, com os estudos de Muzafer Sherif; e 2) as análises sobre conflitos e dinâmicas sociais, na década de 1970, com a Teoria da Identidade Social de Henri Tajfel. A teoria de Sherif foi conhecida como teoria do conflito real de interesses e a de Tajfel, por contraste, como a teoria do conflito simbólico.

Sherif, um psicólogo social turco imigrado para os Estados Unidos, realizou uma série de estudos conhecidos como “meninos nos acampamentos”. Esses estudos foram realizados em 1949, 1953 e 1954, e envolveram crianças norte-americanas com idades entre 11 e 12 anos, protestantes de classe média e baixa, e com histórico de boa adaptação na escola e na família. O estudo mais completo, aconteceu em 1954, em um acampamento de férias chamado *Robbers Cave*, em *Oklahoma*, e consistiu de três etapas: (i) os grupos eram formados com o uso do sociograma, de modo a colocar em grupos diferentes as crianças afetivamente mais próximas; (ii) foi criada uma situação de conflito intergrupual, produzida por atividades de competição e de frustração de expectativas; e (iii) foram criadas atividades com objetivos mais amplos (supra ordenados) que demandam a cooperação grupal (interdependência positiva), buscando reduzir o conflito entre as crianças.

A primeira fase dos estudos foi a de formação de grupo. Nessa fase, as crianças tinham que resolver problemas em atividades que exigiam coordenação e cooperação. Foram formados dois grupos, nos quais se verificou o surgimento de normas e de uma estrutura de organização grupal por parte das crianças. Em seguida, houve a introdução de atividades de competição entre os grupos, nas quais eram distribuídos prêmios para o grupo vencedor. Nessa etapa surgiram estereótipos e atitudes muito negativas em relação ao outro grupo, e aumentou a cooperação e a solidariedade dentro do próprio grupo. As atitudes eram tão negativas, nesse momento da pesquisa, que as crianças não podiam se encontrar que partiam para xingamentos, brigas e ao acampamento do outro grupo. Na terceira fase, Sherif e colaboradores (Sherif, Harvey, White, Hood, & Sherif, 1954) introduziram uma série de estratégias de redução do conflito, tais como a disseminação de informações positivas sobre os grupos, a ênfase sobre a realização individual, para reduzir as fronteiras grupais, a produção de um



inimigo comum aos grupos e a criação de objetivos supraordenados. Apenas a última dessas estratégias surtiu efeitos consistentes na redução do conflito e do preconceito entre os grupos.

Os meninos eram confrontados com problemas comuns aos dois grupos, como a escassez de água no acampamento ou a falta de transporte para ir buscar comida. Para sua solução era necessário colaborar. Sherif et al. (1954) observaram que, depois das atividades realizadas em comum, os estereótipos, a distância social e as atitudes negativas em relação ao exogrupo diminuíram significativamente. Nas interações onde havia uma interdependência positiva até as informações favoráveis ao exogrupo, que na fase de conflito eram ignoradas ou ridicularizadas, passaram a ser efetivas e deram “uma nova luz às relações” (Sherif, 1958, p. 70).

Como vimos no capítulo de Ana Torres, Khalil da Costa Silva e Leoncio Camino deste manual, a Teoria da Identidade Social (TIS) de Henri Tajfel afirma, em linhas gerais, que é o conflito simbólico, entendido como necessidade de diferenciação ou distintividade social, que gera o preconceito. Tajfel, um polonês que se radicou na Inglaterra, propõe o preconceito como um mecanismo cognitivo derivado dos processos de comparação e categorização sociais. O pressuposto fundamental da sua teoria é o de que, diferentemente do que afirmavam a psicanálise e outras perspectivas, o preconceito é racional e tem caráter estratégico no quadro das relações de poder entre os grupos sociais. É nesse sentido que ele define o preconceito como o resultado de um pré-julgamento favorável ou desfavorável sobre um indivíduo ou grupo, que implica uma atitude a favor ou contra (Tajfel, 1983).

A Teoria da Identidade Social (TIS) procura traçar um esboço da etiologia cognitiva do preconceito, e, para tanto, considera que as mudanças das relações entre grupos exigem reajustamentos da nossa compreensão, e atribuições causais sobre o porquê e o como das condições dessas mudanças. Essas atribuições se baseiam em três processos: categorização social, assimilação e procura de coerência cognitiva. A categorização social pode ser compreendida como a ordenação do ambiente social, em termos de grupos de pessoas, para dar sentido à realidade social. A categorização permite estruturar a compreensão do ambiente social e guiar as ações sociais (Tajfel, 1978). Os estereótipos, entendidos como imagens e crenças formuladas sobre a “personalidade” dos grupos, se associam aos rótulos construídos sobre os grupos. Para Tajfel (1983), depois que as pessoas são categorizadas em grupos, por exemplo, heterossexuais ou homossexuais, uma segunda dimensão classificatória, de atributos, lhes é atribuída, graças à experiência pessoal e/ou cultural do percebedor na sua categoria de pertencimento. Essa dimensão é constituída pelos estereótipos.

A assimilação se refere ao processo de aprendizado social das categorizações e classificações. Tajfel afirma que a tarefa do psicólogo social é descobrir de que modo essas imagens são transmitidas aos membros de uma sociedade e como elas se tornam atitudes de preferência ou de repúdio em relação aos grupos sociais e a seus membros. De acordo com a TIS, o processo de identificação com o grupo de pertencimento leva à assimilação das imagens (estereótipos) e das atitudes (preconceitos) contra o outro grupo. Os estudos realizados por Tajfel e colaboradores (Tajfel, Flament, Billig, &



Bundy, 1971) demonstram que mesmo em uma situação de pertencimento a um grupo sem significado social e sem interação, as pessoas tenderiam a favorecer seu grupo e desfavorecer ou discriminar o grupo do outro.

A terceira dimensão na etiologia do preconceito seria a procura por coerência cognitiva. Essa dimensão visa entender como os indivíduos reagem a situações específicas de contato entre grupos. Nesses contatos, o indivíduo precisa muitas vezes ajustar suas lentes à realidade e de modo não menos frequente ajustar a realidade às suas lentes. Para Tajfel (1983), qualquer mudança no *status quo* das relações entre os grupos impõe a necessidade de construir uma explicação causal que preserve a coerência cognitiva. Essa explicação pode ser de dois tipos: (a) referente ao contexto ou situação das relações intergrupais, por exemplo, mudanças econômicas, políticas, movimentos sociais; ou (b) referente às características de personalidade dos grupos ou de seus membros. Essas últimas explicações podem ainda, em função da sua estabilidade, se referir a traços de personalidade de dois tipos: transitórios ou flexíveis, e inerentes ou imutáveis. Quantas vezes você já ouviu expressões do tipo: “o lugar do negro”, “alma branca”, “faz parte da natureza deles serem assim” etc. Todas essas expressões constituem o campo das explicações essencializantes, referidas anteriormente.

Os processos de categorização social não são apenas ações cognitivas de classificação do mundo sensorial, são ações políticas, marcadas por poder, desigualdades e interesses. De forma que, como refere Bourdieu (1985), o conhecimento sobre o mundo social e as categorias que o tornam possível são apostas numa luta política para conservar ou transformar o “nome social”, e assim manter ou alterar as relações entre as categorias (ver ainda Lima, 2020).

#### 12.4.4 INTEGRANDO PLANOS DE ANÁLISE

Talvez o leitor, imerso em tantos pressupostos teóricos e diferentes níveis de análise, agora se pergunte: “Mas, qual dessas teorias ou visões escolher para entender o preconceito?”. A melhor resposta é “todas e nenhuma”. Para ampliar o entendimento, vamos recorrer a uma parábola supostamente indiana que conta a história de seis sábios cegos que nunca haviam se deparado com um elefante.<sup>7</sup> Eles tiveram que conceituar o elefante por apalpadelas. Um deles, tocando o dorso do animal, afirmou que se tratava de uma parede. Outro que tocou as presas afirmou ser uma lança. Apalpando a tromba, um terceiro concluiu tratar-se de uma mangueira d’água. O seguinte disse que era uma árvore, após tocar a perna do animal. O que tocou as orelhas definiu-o como um abano. Finalmente, o último dos sábios, abordou a cauda do animal e afirmou ser uma cobra. Definir e analisar o preconceito é um pouco como apalpar esse elefante. Necessitamos integrar e contrastar visões, pôr os “sábios” para conversar, a fim de termos uma visão mais completa, pois, como nos lembra Allport (1979), o preconceito é multidimensional, sendo cada parte ou manifestação fundamental no seu entendimento: “Nós podemos considerar, para todos os fenômenos sociais, que a causalidade múltipla é a regra mais aplicável e adequada para as análises e isto inclui a análise do preconceito”. (p. 218).

7 [https://pt.wikipedia.org/wiki/Os\\_Cegos\\_e\\_o\\_Elefante](https://pt.wikipedia.org/wiki/Os_Cegos_e_o_Elefante)

Sabemos que no campo de estudo do preconceito, assim como em outras áreas, proliferaram teorizações competitivas (Duckitt, 1992). Contudo, isso não deve causar espanto. Se não existe um “preconceito” único, mas diversas formas de manifestação, histórica e culturalmente determinadas, então, é inevitável e até salutar para a análise da temática, a coocorrência e concorrência de teorias. Como vimos no modelo do telescópio, a perspectiva proposta não é a da competição entre níveis de explicação, mas a de articulação entre explicações de diferentes âmbitos. Novamente, como nos lembra o próprio Allport (1979, p. 208):

*Nosso aporte para o problema é eclético. Existe valor nos seis tipos ou níveis de explicação e alguma verdade em todas as teorias deles resultantes. Não existe uma chave-mestra, o que temos à nossa disposição é um molho de chaves e cada uma delas abre uma porta de compreensão.*<sup>8</sup>

O Quadro 3 sumariza o caráter multidimensional do preconceito e a necessidade de planos analíticos integrando diferentes níveis. O nível causal psicológico remete para uma visão do preconceito como mais universal e imanente, demandando análises mais individualizantes e gerando teorias mais focadas nos processos intrapsíquicos.<sup>9</sup> Entender o preconceito como sendo causado pelas dinâmicas intergrupais conduz à visão de que ele é relacional, o que leva a um nível de focalização grupal e produz teorias sobre o conflito, a competição e a luta por posições de poder. A ênfase nos processos de transmissão social do preconceito se baseia numa visão de que ele possui uma natureza apreendida, que o plano analítico deve ser mais o das relações interpessoais e que as teorizações mais comuns analisam o aprendizado de normas sociais e a socialização. Finalmente, o entendimento de que o preconceito é causado no âmbito das diferenças individuais decorre de uma visão de que essas diferenças modulam a influência social do fenômeno, isto é, cada um sente e expressa de um jeito e com determinada intensidade, o que remete a análises num plano mais individual, levando à construção de teorias mais focadas nas personalidades preconceituosas, nos fatores cognitivos, no ajustamento e na autoestima.

---

8 Tradução nossa.

9 Uma crítica que pode ser feita a essa proposta de Duckitt (1992), refere-se à colocação da Teoria da Identidade Social (TIS) no âmbito intrapsíquico. A TIS ficaria melhor situada no conjunto das teorias sobre as dinâmicas das relações intergrupais. Entretanto, imagina-se que o autor considerou o caráter motivacional, de imanência da proteção da autoestima individual, da TIS para situá-la nesse nível. Sabemos que qualquer classificação de uma ampla teoria numa “gaveta” é sempre simplificadora, forçando encaixes. Não há teorias puras, mas ênfases em certos aspectos, maiores numas que noutras.

Quadro 3 - Estrutura integrativa das explicações para o preconceito (retirado de Duckitt, 1992, p. 1190)

Causas	Fundamentos psicológicos	Dinâmicas das relações intergrupais	Transmissão social	Diferenças individuais
Natureza do processo	Imanente e universal	Condições da interação social	Socialização e aprendizado das atitudes preconceituosas	Modulação da influência social pelas diferenças individuais na susceptibilidade ao preconceito
Níveis de análise	Psicológico	Grupal	Interpessoal	Individual
Teorias	Deslocamento Semelhança de crenças Projeção Categorização social Identidade social Sociobiológicas	Conflito real Competição social Dominância social Posição grupal e poder	Pressão para a conformidade Socialização Percepção e atribuição social Contato interpessoal	Autoritarismo Frustração Ajustamento Fatores cognitivos Ideologia política Autoestima

## 12.5 OS ANTIGOS E OS NOVOS PRECONCEITOS

Como nos lembra Lima (2019), o preconceito pode ser comparado a um vírus. Os vírus parasitam células e tecidos, modificando seu metabolismo, provocando degeneração e morte. Eles se reproduzem e se adaptam em resposta ao ambiente interno e externo dos organismos infectados. O mesmo acontece com todas as formas de preconceito: elas mudam para expressões diferentes face às pressões normativas, tornando-se mais difíceis de reconhecer e combater (Dovidio & Gaertner, 1998); o preconceito “corrói os tecidos sociais com violência discreta quando a norma da igualdade está saliente, mas quando encontra uma norma social qualquer que justifique a sua expressão mais virulenta, explode em fanatismo nacionalista e xenóforo” (Lima & Vala, 2004, p. 408); tal qual um vírus, ele gera novas colônias para uma doença que não temos ainda a cura (Fredrickson, 2004); e, finalmente, atua como um conjunto de crenças que são capazes de sofrer transformações adaptativas (Vala & Pereira, 2012). De tal forma que, as principais marcas do preconceito são a persistência e a flexibilidade (Lima, 2019).

Existe uma estreita relação entre o preconceito e as normas sociais. No passado, na época da exploração do trabalho escravo dos Negros, da colonização dos índios, da falta total de direitos das mulheres e de outras minorias de gênero, o preconceito era expresso abertamente, com violência explícita, pois refletia as normas sociais da épo-

ca: as normas da exploração e da opressão. Depois das duas guerras mundiais ocorrem mudanças históricas significativas. Exemplos dessas mudanças são a emergência dos movimentos pelos direitos civis, os movimentos de libertação de antigas colônias europeias e, principalmente, as consequências do nazismo e da Declaração dos Direitos Humanos, e o Movimento Feminista nos anos 1970 do século passado. A partir desse momento, as formas de expressão do preconceito mudaram tão significativamente que se poderia pensar que estes fenômenos estavam acabando. Mas todos ou, pelo menos, muitos de nós, sabemos que não.

Em vários contextos os estereótipos negativos associados a minorias étnicas tornaram-se menos negativos. Na Europa, na década de 1990, pareciam aumentar a tolerância e solidariedade em relação aos imigrantes (Ben Brika, Lemaine, & Jackson, 1997). Houve também um reconhecimento mais igualitário dos direitos das mulheres (Gemberling, 2014). Surgiram mais leis de proteção aos direitos da população LGBTQIA (Lôbo & Nascimento, 2016) e dos idosos (Graeff, Bestetti, Domingues, & Caccioni, 2019). Entretanto, tais mudanças se referiam a adaptações do preconceito aos novos contextos de expansão dos direitos civis das minorias e de maior controle normativo das expressões abertas de discriminação. Nesses cenários emergem aquilo que a literatura psicossocial tem estudo sob o nome de “novas formas de preconceito”.

Nos Estados Unidos e no Canadá, surgiu o “*smiling racism*” (Codjoe, 2002), baseada na elaboração de uma agenda política racial que evita referências raciais diretas, enquadrando-se no “*color-blind racism*” ou ainda no “racismo sem racistas” (Bonilla-Silva, 2013). No caso do Brasil, temos o “racismo cordial” (Turra & Venturi, 1995) e, mais recentemente, como invenção dos conservadores, o racismo vitimista, o chamado “mimimi” das minorias (Lima, Barbosa, Araujo, & Almeida, 2020). Em todos esses tipos de racismo as expressões agressivas tornam-se mais indiretas e sutis, assumindo uma lógica do “deixe tudo como está” ou racismo “*laissez faire*” (Bobo, Kluegel, & Smith, 1996). O sexismo passou a se expressar também de forma ambivalente, assumindo muitas vezes uma face “benevolente” paternalista, uma “dominação docilizada” (Glick & Fiske, 1996). A homofobia, mais recentemente, também começou a se estruturar em dimensões mais flagrantes e outras mais veladas de inferiorização da diferença (Herek, 2008). Da mesma forma que o preconceito contra os idosos (Fraboni, Saltstone, & Hughes, 1990).

Quando falamos de “novas expressões” do preconceito estamos nos referindo àquelas condicionadas pela deseabilidade social, que se expressam de modo velado, como a vergonha de aparecer no espaço público, esgueirando-se pelo espaço privado. Nesse cenário, é importante destacar o fato de apenas começarem a existir novas expressões de preconceito contra os homossexuais e de ainda não haver contra os ciganos. Como veremos mais a frente, o preconceito contra homossexuais ainda se expressa de modo violento e aberto, como acontecia contra os negros no século XIX, e como ainda acontece na Europa e no Brasil contra os ciganos (Correia, Brito, Vala, & Perez, 2001).

Essas novas expressões do preconceito recebem diversos nomes e apresentam peculiaridades próprias dos seus contextos de expressão e dos grupos vitimizados. Temos o preconceito moderno, o sexismo ambivalente, o preconceito simbólico, o

racismo aversivo, o preconceito sutil, o idadismo benevolente, o racismo cordial, dentre outros. Agora vamos falar de algumas dessas novas formas de expressão do preconceito, focando, sobretudo, o racial e o étnico.

### 12.5.1 PRECONCEITO SIMBÓLICO E MODERNO

A primeira conceituação de novos preconceitos data dos anos 1970 do século XX e surge através do conceito de racismo simbólico<sup>10</sup> (Sears & Kinder, 1971). O racismo simbólico representa uma forma de resistência às mudanças no *status quo* das relações racializadas nos EUA pós Declaração dos Direitos Civis, e se baseia em sentimentos e crenças de que os negros violam os valores tradicionais americanos do individualismo (obediência, ética do trabalho, disciplina e sucesso). Trata-se de um tipo de preconceito caracterizado pela lógica do “lugar do negro”, também comum na sociedade brasileira e semelhante às formas de preconceito contra as mulheres. De acordo com essa lógica, quando o negro ou a mulher começam a ter mobilidade social e a ocuparem postos importantes no mercado de trabalho, surge uma espécie de mal-estar em pessoas que, antes aparentemente não sexistas ou racistas, se sentem ameaçadas e começam a expressar atitudes contrárias a esses grupos.

### 12.5.2 RACISMO AVERSIVO

Essa teoria, que também surge no contexto das relações racializadas dos Estados Unidos, distingue dois tipos de racista: os racistas flagrantes, aqueles que abertamente manifestam crenças e comportamentos de inferiorização biológica das raças, e os racistas aversivos, que por terem aversão ao racismo, tentam se apresentar como pessoas igualitárias e até antirracistas. Esses, entretanto, quando encontram um contexto no qual a norma igualitária não esteja explícita, agem de modo preconceituoso e discriminatório contra as minorias.

O racismo aversivo é concebido como uma síntese ambivalente, resultante da assimilação de um sistema de valores igualitários e da vivência de sentimentos e crenças negativos em relação aos Negros. Esses sentimentos e crenças negativos seriam uma decorrência de dois mecanismos: do contexto racista de socialização a que os atores sociais estão sujeitos, e da categorização social com seu viés de favorecimento do próprio grupo.

O estudo original que inspirou essa teoria foi realizado ainda na década de 1970 por Samuel Gaertner (1973) que, utilizando o paradigma do comportamento de ajuda, cria uma situação na qual um cúmplice do pesquisador, branco ou negro (a “raça” era identificável pelo sotaque), telefonava para simpatizantes dos partidos Liberal e Conservador e explicava que seu carro havia quebrado em um lugar distante e que ele estava tentando chamar o serviço de garagem por meio de um telefone público, mas que fizera a ligação errada. Entretanto, como não tinha mais como fazer outra chama-

---

10 Os autores não diferenciam teoricamente preconceito de racismo, considerando como fenômenos homólogos.

da, o cúmplice pedia ao indivíduo que atendeu ao telefone para ajudá-lo avisando à garagem em que local ele e seu carro se encontravam. O indicador de racismo era o comportamento de telefonar para a suposta garagem. Os resultados indicam que os simpatizantes do partido Conservador prestaram menos ajuda aos negros do que aos brancos (65% vs. 92%), que os simpatizantes do partido Liberal ajudaram negros e brancos de uma maneira não diferenciada (75% vs. 85%). No entanto, os liberais desligaram o telefone mais prematuramente para os negros do que para os brancos (19% vs. 3%), enquanto os conservadores não discriminam desta maneira (8% vs. 5%). Gaertner conclui afirmando que, quando as normas para comportamentos apropriados estão bem definidas, sujeitos brancos não discriminam os negros; quando as normas são ambíguas ou conflitantes, tornando o conceito de certo e errado menos aplicável, aí surge o racismo aversivo (ver Gaertner & Dovidio, 1986).

### 12.5.3 PRECONCEITO SUTIL

O preconceito sutil é ambientado na Europa e tem como grupo alvo minorias culturais advindas de antigas ex-colônias de países europeus. Essa forma de preconceito ganha dimensão à medida que a globalização das economias intensifica os contatos interétnicos e os fluxos migratórios. Pettigrew e Meertens (1995), seguindo Allport (1979), distinguem entre preconceito flagrante e preconceito sutil. O preconceito flagrante é definido como mais direto, aberto e “quente”, ao passo que o preconceito sutil é “frio”, distante e indireto. O preconceito sutil é composto por três dimensões. A primeira é a da defesa dos valores tradicionais e esta dimensão se refere à percepção dos membros do exogrupo como agindo de maneira incorreta, e mesmo condenável, na busca da realização social. A segunda dimensão é a do exagero das diferenças culturais, que se refere à percepção de que o exogrupo é culturalmente muito diferente do endogrupo. Finalmente, a terceira dimensão do preconceito sutil, a da negação de emoções positivas, caracteriza-se pela rejeição à expressão de simpatia e admiração em relação aos membros do exogrupo (Pettigrew & Meertens, 1995). A suposta sutileza dessa forma de preconceito pode ser expressa do seguinte modo: “Eles (os imigrantes) não são piores que nós (europeus), nós é que somos melhores que eles” (Vala, Brito, & Lopes, 1999; Vala, Lopes, & Brito, 1999).

### 12.5.4 PRECONCEITO AMBIVALENTE

A ambivalência de sentimentos e atitudes é uma característica fundamental das interações sociais e os seus efeitos têm consequências sobre as mais variadas esferas da vida social (Conner & Sparks, 2002). No campo do preconceito existe uma teoria específica que trata dos efeitos da ambivalência de sentimentos na expressão do preconceito, a teoria do preconceito ambivalente. Katz, Wackenhut e Hass (1986), considerando que os valores determinam as atitudes e os comportamentos, analisam um suposto conflito entre duas orientações axiológicas. Por um lado, existe uma valorização da democracia e do igualitarismo e, por outro, também são importantes o individualismo e a meritocracia, caracterizado pela ênfase na liberdade pessoal, auto-

confiança, devoção ao trabalho e realização pessoal. Essas duas orientações podem produzir um conflito e gerar ambivalência de sentimentos e atitudes nos indivíduos. Ao aderir aos valores da igualdade e do humanitarismo, os grupos dominantes podem sentir simpatia pelas minorias sociais, que estão em desvantagem social e econômica. Essa simpatia pode gerar ações em prol dessas minorias. Por outro lado, a adesão aos valores do individualismo, típicos da Ética Protestante, levaria os dominantes a identificarem os dominados como desviantes em relação a esses valores. Essa percepção estaria na origem de sentimentos de aversão e de atitudes negativas face às minorias étnicas.

Além dessas novas formas de racismo ou de preconceito de cor, existem novas expressões do sexismo, de idadeísmo (preconceito contra idosos) e de homofobia, para as quais remetemos os leitores a autores, como Camino et al. (2004); Pereira (2013); Glick e Fiske (1996); Nelson (2002); Fiske, Cuddy, Glick, & Xu (2002); Felix Neto (2004); Lacerda, Torres & Garcia (2004); Kilianski (2003); Gouveia (2007), dentre outros.

## 12.6 PRECONCEITO E RACISMO NO BRASIL: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

Não obstante a sua importância, os temas do preconceito e do racismo são ainda pouco pesquisados no Brasil. Em uma pesquisa realizada no SciELO no dia 26 de novembro de 2020, buscamos publicações em cujos títulos aparecesse o termo “racismo”. Foram recuperados 139 trabalhos, sendo mais da metade publicados nos últimos quatro anos. Refinando a busca constatamos que o termo “psicologia” aparece em apenas oito dos resumos dos 139 artigos. Outra revisão, esta mais ampliada, dos trabalhos disponíveis até agosto de 2014 nas bases SciELO, PePSIC, Index Psi, LILACS e PsycINFO, utilizando os termos “racismo ou preconceito racial” encontrou pouco mais de 70 artigos (Sacco, de Paula Couto, & Koller, 2016). Uma análise das publicações realizadas até novembro de 2020, em quatro das sete revistas melhor qualificadas na psicologia do Brasil, considerando a presença das palavras “estereótipos”, “preconceito” e “racismo” nos títulos dos artigos, indicou que, em termos proporcionais, esses temas são minoritários nas revistas: menos de 0,5% das publicações totais para o racismo e de 2% para preconceito e estereótipos. Concretamente, três das quatro revistas (Temas em Psicologia, Estudos em Psicologia da PUC e Psicologia: Teoria e Pesquisa), todas com mais de mil publicações, publicaram apenas um trabalho em cujo título aparece a palavra “racismo”. A revista Psicologia & Sociedade da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), marcada pelas lutas ideológicas por uma psicologia pautada no estudo da opressão e do empoderamento das minorias, publicou oito artigos sobre racismo e seis sobre preconceito, totalizando 1,1% das suas 1.256 publicações até novembro de 2020. A título de comparação, o principal periódico de psicologia social da Europa (*European Journal of Social Psychology* (EJSP) e três das principais revistas de psicologia dos Estados Unidos (JESP, JPSP e PSPB) têm em cada número, desde o início do ano 2000, pelo menos 10% dos seus artigos focando o tema (Dovidio, Hewstone, Glick, & Esses, 2010).



O ainda reduzido destaque dado pela psicologia social brasileira ao tema do preconceito tem uma relação direta com a nossa história e com o tabu que este tema se tornou na nossa miscigenada cultura. Todavia, muitos novos pesquisadores têm começado a se interessar pela temática realizando estudos que merecem destaque. Alguns dos quais relatamos em seguida.

De acordo com o levantamento feito em 1995 pelo Datafolha, e publicado sob o título *Racismo cordial*, o racismo nacional pode ser definido como uma forma de discriminação contra os negros e mulatos, caracterizada por uma polidez superficial que reveste atitudes e comportamentos discriminatórios, e que se expressam no nível das relações interpessoais através de piadas, ditos populares e brincadeiras de cunho “racial”. O pressuposto empírico dessa teoria resulta de um estudo realizado junto a uma amostra representativa da população brasileira no qual se verificou que, apesar de 89% afirmar que existe racismo no Brasil, apenas 10% admitem ser racistas. Turra e Venturi (1995) utilizam, então, uma escala menos direta com 12 itens (e.g., “Negro bom é negro de alma branca”, “Negro quando não faz besteira na entrada faz na saída” etc.), e verificam que mais de 50% da amostra pesquisada concorda com afirmativas deste tipo. E mais, 83% da população entrevistada concorda, em algum nível, com os itens da escala de racismo cordial. Todavia, se por um lado a teoria do racismo cordial tem o mérito de estar estruturada em uma pesquisa sistemática e representativa sobre as atitudes raciais dos brasileiros, por outro ela é limitada no que concerne à análise e discussão teórica dos dados encontrados no estudo, além de já ter mais de 25 anos de formulada.

Crochik (2005), utilizando os postulados da teoria da Personalidade Autoritária, realiza um estudo com o objetivo de verificar a relação entre personalidade, ideologia e preconceito. Em uma amostra de estudantes universitários de São Paulo, o autor encontra correlações significantes entre a escala F de autoritarismo, com a ideologia da racionalidade tecnológica e com o preconceito. Crochik conclui afirmando que a ideologia e a personalidade são variáveis importantes na constituição do preconceito.

Fernandes, da Costa e Camino (2007) observaram que existe uma correlação positiva entre preconceito (orientação à dominância social) com os valores materialistas, e uma correlação negativa com os valores pós-materialistas. Ferreira (2002), em um estudo teórico sobre os modos de difusão do preconceito, com destaque para a relação entre modernidade e preconceito, afirma que o preconceito se vincula aos projetos de modernidade, nascidos primeiramente no seio do Positivismo, que na busca de certezas desenvolveram uma espécie de horror à ambivalência e uma busca obsessiva pela classificação e pela ordem. Segundo Ferreira, em uma perspectiva pós-estruturalista este seria o terreno fértil para a constituição de subjetividades dirigidas para a exclusão do diferente, para o desenvolvimento dos preconceitos raciais atuais.

Fleury e Torres (2007) realizam um estudo com o objetivo de analisar os processos de infra-humanização de homossexuais em Goiânia. Os participantes eram pós-graduandos da área de recursos humanos que deveriam avaliar homossexuais ou heterossexuais, atribuindo-lhes traços positivos e negativos de natureza ou de cultura. Os resultados indicaram que a homofobia se expressa de forma mais sutil que flagrante,

indicando uma maior atribuição de características positivas para os heterossexuais que para os homossexuais, não havendo diferenças na atribuição de características negativas.

Formiga (2007) também analisa a relação entre sexismo, racismo e valores em estudantes universitários. O autor encontra que os valores individuais se relacionam com o sexismo hostil, enquanto que, os valores sociais se associam positivamente com o sexismo benevolente. Em contrapartida, nas análises da relação dos valores com o racismo, observa-se que os valores individuais fomentam tanto o preconceito sutil quanto o flagrante.

Gouveia, Souza Filho e Araújo (2006) analisaram a relação entre as motivações interna e externa para responder sem preconceito com os valores humanos. A amostra de estudantes do ensino médio e universitário respondia a uma série de escalas, que eram seguidamente correlacionadas entre si. Os resultados indicam que a motivação interna se correlaciona positivamente com os valores suprapessoais (e.g., maturidade, beleza e conhecimento). Já a motivação externa se relaciona apenas com os valores da realização, com destaque para o prestígio social e a privacidade.

Lima e Vala (2004) realizam uma investigação com estudantes universitários para analisar as novas formas de expressão do preconceito. Nesse estudo, os autores observam que o preconceito contra os negros se manifesta através da mediação do branqueamento. Utilizando fotografias de negros e brancos bem e malsucedidos social e economicamente, os autores constataram que os participantes percebem como mais clara a cor da pele dos negros e brancos bem-sucedidos, e como mais escura a cor dos negros e brancos malsucedidos. Notam ainda que, quanto maior o embranquecimento dos grupos, menor a atribuição de características negativas a eles. Tais resultados são replicados em outro estudo, feito noutro contexto (Lima & Vala, 2005).

Com o intuito de analisar a influência de uma retórica justificadora da discriminação no preconceito racial, Pereira, Torres e Almeida (2003) realizaram um experimento com cenários de seleção profissional. Em um dos cenários de resposta, uma gerente de loja contratava uma candidata branca, em detrimento de uma candidata negra. Metade dos participantes teve acesso a um argumento que justificava a contratação. Os resultados mostram que os participantes que tiveram acesso ao discurso justificador consideraram a atuação da gerente mais profissional e menos injusta do que os participantes da outra condição de pesquisa, sem acesso a uma justificativa para a discriminação.

Lima e Almeida (2010), analisando as representações sociais dos índios, observam que não obstante já terem transcorrido mais de 500 anos de história de contato, esse grupo continua sendo visto como selvagens, morando nas matas e andando nus e pintados. Para a grande maioria dos entrevistados, existe apenas um índio imaginado, um índio que não passou por um processo de mudança ou transfiguração étnica. Alguns comentários encontrados são emblemáticos dessa imagem: “índios são só os que pintam a cara, andam nus e vivem nas matas (...)”. Já Bonomo e cols. (2011), investigando as percepções de mulheres não ciganas da zona rural acerca das mulheres ciganas, verificaram a presença de categorizações e estereótipos negativos, por exemplo, ladrões, malfeitores e amaldiçoados.

Outros estudos foram realizados no Brasil com o objetivo de adaptar escalas clássicas de racismo utilizadas em outros contextos, caso do estudo de Santos, Gouveia e Navas (2006). Esses autores adaptaram a Escala de Racismo Moderno ao contexto brasileiro. Foram encontrados dois fatores ou dimensões ambivalentes do racismo moderno, uma pautada na negação do preconceito e outra na afirmação de diferenças. Na mesma direção, Lima et al. (2020), a fim de compreenderem novas expressões do racismo no Brasil, com a emergência do conservadorismo político, construíram e validaram a Escala de Racismo Revitimizador (ERR), a qual se mostrou menos obstrutiva que a Escala de Racismo Moderno e se relacionou com o autoritarismo e independente da motivação para responder sem preconceito. Depois de termos sumariado alguns dos estudos empíricos sobre preconceito no Brasil, vamos tentar agora responder à questão mais importante: É possível vencer o preconceito?

## 12.7 COMO COMBATER O PRECONCEITO

O preconceito e o racismo se adaptam historicamente, assumindo formas de expressão permitidas, ou pelo menos não sancionadas, nos novos contextos normativos. Em que pese essa persistência e flexibilidade, esses fenômenos podem e devem ser combatidos. São invenções humanas, produzidas por seres humanos, e por isso podem ser vencidas também por eles (Oskamp, 2002). Ainda que essa afirmação seja óbvia, ela nem sempre é considerada. Muitas pessoas alegam que não há como vencer os preconceitos, pois eles acompanham a história da humanidade. Se isso fosse verdade, então não poderia haver pessoas não preconceituosas; e, como sabemos, existem pessoas assim; de forma que pode haver sociedades sem preconceito.

Para discutir formas de combate a esse fenômeno, é importante não esquecer da sua tripla constituição: individual, cultural e institucional. Em cada uma dessas dimensões, devemos considerar, para seu combate efetivo, as possíveis causas, interesses e formas de manifestação (Oskamp, 2000). Assim, devemos considerar, simultaneamente, causas e consequências individuais, culturais e institucionais do preconceito e do racismo para perpetradores e para as vítimas.

A proposta de combate apresentada nesta parte do texto se organiza conforme Paluck e Green (2009). Esses autores realizaram uma extensiva metanálise, incluindo 985 produções, acadêmicas e não acadêmicas, publicadas e não publicadas, disponíveis em bases de dados de todas as áreas entre 1993 e 2008. Eles usaram na sua busca vários termos: “racismo”; “homofobia”; “ageísmo”; “antipatia por grupos étnicos, religiosos, nacionais e fictícios (experimentais)”; “preconceito contra pessoas com excesso de peso, pobres ou incapacitadas” etc. Em seguida, apresentamos os principais modelos de combate ao preconceito e sumariamos os resultados obtidos por eles.

### 12.7.1 COMBATENDO O PRECONCEITO NO NÍVEL INDIVIDUAL

No nível individual de expressão e de combate ao preconceito, um primeiro plano de análise é o das supostas predisposições genéticas e evolucionárias para o preconceito. Ainda que a esse respeito pouca coisa possa ser feita; podemos supor que mudanças nos outros planos podem alterar esses padrões (Oskamp, 2000). Ademais, é preciso considerar que as explicações biologizantes sobre preconceito apresentam uma série de inconsistências; sendo suas evidências pouco confiáveis e passíveis de polêmicas.

No nível individual, o plano das diferenças pessoais ou de personalidade é outro que merece atenção da literatura. As estratégias de combate são variadas e todas focalizadas nos indivíduos. Merecem destaque nesse plano as teorias que propõem como causas do preconceito a personalidade (Adorno et al., 1950), a orientação para a dominância social (Sidanius & Pratto, 1999) e as teses sobre economia psíquica, categorização social e identidade (Fiske & Taylor, 1984; Tajfel, 1981). Como a “doença” tem a ver com fatores cognitivos (i.e., crenças, estilos de pensamento, opiniões etc.) e afetivos (i.e., emoções associadas aos “outros”), a “cura” também foca estes aspectos. As estratégias de combate podem incluir instrução ou reeducação, manipulação de responsabilidade, conscientização, foco na autoestima ou emoção levando as pessoas a situações de empatia com as vítimas do preconceito e, ainda, terapias e aconselhamentos (Oskamp, 2002; Paluck & Green, 2009).

Boa parte das intervenções experimentais feitas em laboratórios concebem o preconceito como ignorância ou desconhecimento face ao diferente; em decorrência, as estratégias mais comuns de combate são a instrução ou o treino contra estereotípico, ou seja, expor os indivíduos a informações que contrariam o estereótipo das minorias; treino de responsabilidade, no qual os sujeitos são levados a apresentar razões lógicas para seus preconceitos; tarefas que focalizam as emoções, geralmente tentando fazer com que os perpetradores de preconceito sintam aquilo que as vítimas sentem; outras estratégias são voltadas para o contra condicionamento, as quais procuram combater o preconceito implícito, ou inconsciente, por meio da supressão do pensamento, conscientização, recondicionamento e controle racional (ver Blair, 2002, para uma revisão). Para um aprofundamento nas possibilidades desses tipos de técnicas, recomendamos que assista o documentário *O olho da tempestade*, de 1970, no qual é retratado um exercício chamado “olhos azuis vs. olhos castanhos”,<sup>11</sup> que coloca crianças em situação de vivência como vítimas e como perpetradoras do preconceito.

As intervenções de tipo experimental têm na sutileza dos meios e na capacidade de controle de possíveis interferências nos dados, sua principal virtude e, ao mesmo tempo, seu principal limite (Paluck & Green, 2009). Os experimentos de laboratório carecem muitas vezes de validade externa, ou seja, não é possível saber se eles se aplicam a situações mais complexas: históricas, políticas e econômicas, onde o preconceito se manifesta. Além desse, alguns outros limites são destacados pelos autores: (i) populações – a grande maioria dos estudos experimentais em laboratório são feitos com estudantes universitários, norte-americanos, brancos de classe média; de modo que são

11 <https://www.youtube.com/watch?v=In55v3NWHv4>.

pouco aplicáveis à população em geral (Sears, 1986); (ii) relevância das tarefas – os construtos (atitudes, crenças, comportamentos) medidos no laboratório são abstrações geralmente de pouca relevância social para os participantes dos estudos, como simulações de contratação de empregados, avaliações de grupos ou pessoas fictícias, ou breves interações com um estranho, de forma que podem gerar pouco engajamento nas respostas; e (iii) nem sempre se mede o que interessa medir – o que significa um escore “preconceituoso” num teste, como o de Associações Implícitas (TAI),<sup>12</sup> seriam estereótipos, preconceito, ou apenas um mau hábito?

Finalmente, outras estratégias para combater racismo e preconceito tomando os níveis individual e interpessoal de expressão foram: entretenimento, a exemplo de livros, filmes, programas de TV, com mensagens políticas de integração cultural; leituras e contação de histórias, nas quais membros das minorias são representados positivamente. Essas técnicas, no seu conjunto, alcançaram resultados medianos ou fracos de redução do preconceito, tanto no curto, quanto no médio prazo (Paluck & Green, 2009).

A melhor recomendação para aqueles que pretendem trabalhar com programas de redução do preconceito no nível individual é permanecer críticos em relação às recomendações advindas de pesquisas em laboratório até que estas sejam testadas em situações mais amplas e complexas, como as da vida real (Paluck & Green, 2009).

## 12.7.2 COMBATENDO O PRECONCEITO NO NÍVEL CULTURAL E INSTITUCIONAL

*Nada mais errônea que a crença de muitos judeus de que não haveria anti-semitismo se todos os judeus se comportassem adequadamente. Pode-se mesmo dizer que é o bom comportamento dos judeus, seu trabalho árduo, sua eficiência e êxito como negociantes, médicos e advogados, que estimulam a propensão anti-semita. O anti-semitismo não pode ser detido pelo bom comportamento do judeu individual, porque não se trata de um problema individual, e sim de um problema social (Lewin, 1948, p. 176).*

A advertência citada, de Kurt Lewin, nos ajuda a introduzir o tema do combate ao preconceito no nível intergrupar de análise.

As intervenções conduzidas em laboratórios, considerando a expressão do preconceito perpetrada no nível dos grupos e das instituições, de forma geral, se debruçam sobre os efeitos do encontro com a diferença. Exemplos são: os modelos de recategorização, descategorização, categorização cruzada ou interseccionalidade e os modelos de integração. Todos esses modelos derivam da hipótese do contato de Allport (1954), pois supõem que o preconceito e o racismo se vinculam à identidade e ao etnocentrismo.

12 Para ver como funciona o teste acesse <https://implicit.harvard.edu/implicit/brazil/>

O **modelo da recategorização** proposto por Gaertner, Dovidio, Anastasio, Buchman e Rust (1993) sugere que a criação e ênfase em um pertencimento grupal mais amplo e inclusivo (superordenado), algo como: “embora tenhamos cores diferentes, somos todos seres humanos”, pode ajudar a superar os conflitos entre grupos. O **modelo da descategorização**, por sua vez, afirma que as interações personalizadas podem atuar no combate às fronteiras identitárias de percepção das diferenças entre grupos (Brewer & Miller, 1984); por exemplo, “embora tenhamos cores diferentes, somos ambos indivíduos peculiares (eu e você), e isso é o que importa”. Os outros modelos se referem, de forma geral, à noção de diferenciação mútua e sugerem que, preservando as identificações aos pertencimentos grupais originais dos indivíduos, pode-se afirmar a interdependência positiva, isto é, necessidade de cooperação para alcançar metas coletivas comuns. Ou ainda, reportam-se ao fato de que, em algum nível no emaranhado de fios que nos ligam aos grupos nas teias sociais, há uma intersecção, ou seja, dois indivíduos totalmente diferentes em alguns aspectos, podem ter um pertencimento comum: eu sou mulher, você homem, eu sou branca, você negro, sou evangélica, você católico, sou homossexual, você hetero; mas somos ambos psicólogos. A metanálise de Paluck e Green (2009), indica que todas as intervenções baseadas nesses modelos identitários obtêm algum sucesso na redução do preconceito e racismo.

Nos planos institucional e cultural de combate ao preconceito, muitas das intervenções são feitas, como era de se esperar, em instituições: escolas, empresas, comunidades, hospitais, delegacias e mídia. Embora elas tenham o mérito de atacar o problema no contexto onde ele emerge, há conseqüentes limitações metodológicas, de falta de controle de interferências ou de falta de instrumentos precisos que permitam avaliar, de forma sistemática, o que funciona e o que não funciona em termos de combate ao preconceito.

Paluck e Green (2009) analisam ainda o efeito das intervenções experimentais conduzidas em cenários naturais ou realísticos para redução do preconceito no plano intergrupar das relações. São coligidas 107 intervenções de campo, a maioria delas sobre aprendizagem cooperativa. A principal estratégia empregada foi a técnica do “Jigsaw”, em sala de aula, a qual consiste em criar atividades do tipo quebra-cabeças, a fim de que crianças de diferentes grupos que, individualmente, possuem informações específicas necessárias para resolver o problema, interagem cooperativamente para a solução. Os estudos meta-analisados encontram resultados positivos de redução do preconceito contra diversas minorias sociais.

Podemos chegar a partir da análise dos métodos que tratam da redução do preconceito a duas conclusões importantes. A primeira é a de que é possível vencer o monstro – se as pessoas aprendem a ser preconceituosas pelas mais diversas razões e interesses, elas também podem desaprender. Como referem Paluck e Green (2009), se a sociedade induz conformismo com as normas do preconceito, ela também pode induzir conformismo com as normas da tolerância e do respeito à diferença. A segunda diz respeito à falta de resultados consistentes no combate ao preconceito – pode se dever à ausência de teoria(s) adequada(s) para o entendimento dos fenômenos e das suas imbricações em diferentes níveis de análise, a exemplo do individual, cultural e



institucional. Também é necessário construir, testar e aplicar medidas mais precisas sobre os efeitos das intervenções empregadas, considerando seus resultados a curto, médio e longo prazo.

É preciso ter em conta que preconceito e racismo não são apenas marcas do nosso atraso moral, enquanto pessoas, e civilizacional, enquanto sociedade; eles impedem o desenvolvimento econômico e custam caro também em termos materiais. Somente em 2008 o governo francês gastou 600 mil euros para combater a discriminação. Nos Estados Unidos, os gastos com treinamento em diversidade corporativa chegam a 8 bilhões de dólares por ano (Er-Rafiy, Brauer, & Musca, 2010). Novamente, é Kurt Lewin (1948, p. 181) quem nos ajuda a entender que: “(...) o destino das minorias está ligado ao bem-estar econômico da maioria. Infelizmente, será impossível resolver o problema econômico enquanto as minorias desprivilegiadas puderem fornecer mão-de-obra barata e bodes expiatórios políticos”.

Não obstante, a urgência e importância dos temas do preconceito e do racismo, a produção da psicologia social dominante permanece rica, em termos teóricos, e sofisticada, em termos metodológicos, mas ainda muito pouco capaz de intervenções efetivas no campo de conflito intergrupais (Paluck & Green, 2009). Desse modo, precisamos também construir uma agenda mais ampla e permanente de análise do preconceito e racismo na psicologia social do Brasil. Continuar estudando o assunto é um bom início.

Procuramos apresentar, respeitando a lógica dos níveis individual, cultural e institucional de produção e expressão do preconceito, modelos de combate produzidos na psicologia social. Vimos, a partir de uma metanálise, que as estratégias para vencer o “monstro” dependem do nível adotado, podendo envolver desde processos de reestruturação cognitiva, de crenças e hábitos, num nível mais individual, até mudanças culturais, na forma de apresentação dos grupos na mídia, e transformações institucionais, na representatividade dos grupos e distribuição de recursos materiais e poder. Como o preconceito não assume a lógica de ser um fenômeno do tipo “ou”: “ou individual ou cultural ou institucional”; mas sim do tipo “e”: “individual e cultural e institucional”, as armas para seu combate devem também estar integradas numa lógica multinível.

## SUMÁRIO E CONCLUSÕES

Ao longo deste capítulo vimos muitas definições e formas de abordagem do preconceito. Em todas as definições adotadas o preconceito foi considerado como uma atitude desfavorável contra alguém só por pertencer a um grupo ou categoria social. Vimos ainda que, por se tratar de uma atitude, os preconceitos possuem componentes cognitivos (as crenças e os estereótipos), afetivos (antipatias e aversões) e comportamentais (tendências para a discriminação). Discutimos ainda o modo como os preconceitos são formados. Nas várias teorias analisadas notamos que há algo consensual: a ideia de que é o conflito, real ou simbólico, que está na base dos preconceitos. Outro elemento central na formação dos preconceitos é a percepção de alguma



diferença entre o “meu grupo” e o “grupo do outro”. Salientamos que por se tratar de um fenômeno complexo e multicausado, as análises e as formas de combate necessitam integrar planos explicativos, desde os mais intraindividuais aos ideológicos e culturais. Apresentamos, ainda, um conjunto de teorias sobre os chamados “novos preconceitos”, todas elas enfocando formas de expressão do fenômeno que são disfarçadas ou veladas graças às pressões das normas e dos princípios da igualdade. Percebemos que cada contexto histórico e cultural produz uma forma peculiar de preconceito, ainda que seja comum a todas elas a expressão indireta de afetos e ações negativas contra minorias sociais. Enfocamos, também, aspectos peculiares do preconceito racial brasileiro, o qual já se manifestava de modo indireto ou sutil muito antes do racismo nos Estados Unidos e na África do Sul. Finalmente, apresentamos alguns dos modelos de combate ao preconceito que foram produzidos pela psicologia social. Vimos que tais estratégias de enfrentamento para se tornarem efetivas devem, assim como as análises sobre esses fenômenos, integrar planos de intervenção, desde os mais focados nas cognições individuais aos mais centrados nas práticas políticas e sociais. Esperamos que a leitura do texto tenha colaborado para ampliar, não só a sua compreensão, mas também a consciência da necessidade de atuar sobre ele.

## GLOSSÁRIO

**Atitude:** uma classificação de um objeto social em uma dimensão avaliativa baseada ou gerada por três classes gerais de informação: afetiva, cognitiva e conativa ou de disposição ao comportamento.

**Bode expiatório:** alvo deslocado ou substituto para sentimento de frustração e tendências agressivas, percebido/escolhido como fonte de danos e causa dos problemas e infortúnios de outros.

**Endogrupo:** qualquer grupo ao qual pertencemos e nos sentimos ligados, definido como diferente de outros grupos aos quais não pertencemos (exogrupos).

**Exogrupo:** qualquer grupo ao qual não pertencemos e com o qual não nos identificamos, o grupo dos outros.

**Explicações essencializantes:** são aquelas que concebem ou descrevem fenômenos, acontecimentos, pessoas e grupos em termos de “essências” ou invariantes, refletindo a crença de que existem nelas certas propriedades ou características essenciais e IMUTÁVEIS que fazem elas serem como são: “O que nos leva a perceber três tigres albinos como tigres? Uma propriedade causal invisível que governa o desenvolvimento e o crescimento do organismo “tigre”. Circunstâncias sociais – incluindo variações no processo de desenvolvimento, graças a acidentes pós-natais etc. – podem mudar a aparência, mas não a natureza essencial do organismo” (Hirschfeld, 1998, p. 336).

**Infra-humanização:** é um processo de representação do outro (alteridade) no qual ele/ela é percebido como estando “abaixo” dos humanos, como sendo menos humano, de acordo com uma lógica que concebe “cadeia de ser” ou níveis de hominização. Uma das formas de expressá-la é considerando que o outro é menos capaz de sentir emo-

ções complexas (sentimentos). A infra-humanização é uma forma de inferiorização da diferença ainda menos radical que a desumanização, que se refere a qualquer processo ou prática que reduzia os seres humanos ao nível de mecanismos (coisas, máquinas) ou animais.

**Interdependência:** um estado no qual duas ou mais pessoas, situações, variáveis ou outras entidades dependem ou reagem umas com as outras, de tal forma que uma não pode mudar sem afetar a outra. Ou seja, os resultados de cada um dependem das ações dos outros. Nas relações entre interpessoais e intergrupais pode-se ter a interdependência positiva, quando as entidades colaboram para alcançar objetivos comuns ou a interdependência negativa, quando competem por interesses antagônicos.

**Normas sociais:** qualquer padrão social consensualmente determinado que indique quais comportamentos são considerados típicos em um determinado contexto (normas descritivas) e quais comportamentos são considerados adequados no contexto (normas injuntivas). As normas sociais se aplicam a todos os grupos e configurações sociais, enquanto as normas de grupo são específicas de um grupo em particular.

**Processos cognitivos automáticos:** são aqueles processos mentais espontâneos, que ocorrem muitas vezes fora do nosso controle consciente. Neles o processamento da informação pode ser realizado mais rapidamente, sem muito esforço e deliberação.

**Processos cognitivos controlados:** são aqueles processos mentais deliberativos que envolvem um nível superior de planejamento, tomada de decisão, resolução de problemas, sequenciamento de ações, atribuição e organização de tarefas, busca de metas com esforço e persistência, flexibilidade na seleção de metas e ações, dentre outros.

## SUGESTÕES DE RECURSOS PARA APROFUNDAMENTO SOBRE O PRECONCEITO

### RECURSOS AUDIOVISUAIS

-- O documentário sobre o exercício “*Blue eyes–Brown eyes*” de Jane Elliott. Trata-se de uma dinâmica conduzida pela professora na sua classe de alunos, em 5 de abril de 1968, um dia após o assassinato de Martin Luther King Jr. Os alunos são divididos pela cor dos olhos e à diferenciação é acrescida uma distintividade positiva, que produz conflito intergrupar e preconceito. Acessível em <https://youtu.be/AeiXBLAlpQ>

-- O documentário “*It’s a Girl*” com direção de Evan Grae Davis, produzido pela Shadowline Films, conta histórias sobre o genocídio de crianças do sexo feminino na Ásia. Acessível em [https://www.youtube.com/watch?v=6m3M\\_oHslQE](https://www.youtube.com/watch?v=6m3M_oHslQE)

-- Sobre processos cognitivos automáticos e controlados recomendamos um vídeo-aula. Acessível em <https://study.com/academy/lesson/controlled-vs-automatic-processing-definition-difference.html>

Sobre julgamentos sociais e preconceito sugerimos o filme “Doze homens e uma sentença”, dirigido por Sidney Lumet, no qual é retratado o julgamento de um jovem

porto-riquenho acusado de assassinato. Também vale a pena o quarto episódio da primeira temporada da série de TV “Cem humanos”.

#### RECURSOS BIBLIOGRÁFICOS

-- Allport, G. W. (1954/1979). *The nature of prejudice*. 3ª Ed. Wokingham: Addison-Wesley.

-- Lima, M. E. O. (2013). Preconceito. In A. R. R. Torres, L. Camino, M. E. O. Lima e M. E. Pereira (Org.). *Psicologia Social: Temas e Teorias* (pp. 589-642). Brasília: Technopolitik.

-- Torres, A. R., Camino, L. (2013). Grupo social, relações intergrupais e identidade social. In A. R. R. Torres, L. Camino, M. E. O. Lima e M. E. Pereira (Ed.), *Psicologia Social: Temas e Teorias* (pp. 513-538). 2ª ed. Brasília, DF: TechnoPolitik.

-- Pereira, C., Torres, A. R. R., & Almeida, S. T. (2003). O preconceito na perspectiva das representações sociais: Análise da influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(1), 95-107.

-- Evans, J. St. B. T. (2008). Dual-Processing Accounts of Reasoning, Judgment, and Social Cognition. *Annual Review of Psychology*, 59, 255-278.

#### SUGESTÕES DE RECURSOS PARA APROFUNDAMENTO SOBRE O RACISMO

##### RECURSOS AUDIOVISUAIS

“A outra história americana” (filme de 1999 dirigido por Tony Kaye), “Moonlight: sob a luz do luar” (2016, direção de Barry Jenkins), “American Son” (2019, direção de Kenny Leon), “O mordomo da Casa Branca” (2013, direção de Lee Daniels).

“Corra” (2017, dirigido por Jordan Peele), “Infiltrado na Klan” (dirigido por Spike Lee), “Selma – Uma Luta Pela Igualdade” (dirigido por Ava DuVernay).

-- Há também várias séries para TV, sugerimos algumas: “Olhos que condenam” (direção Ava DuVernay), “Atlanta” (dirigida e estrelada por Donald Glover), “Cara gente branca” (criação Justin Simien) e “Mister Brau” (comédia de Jorge Furtado e Adriana Falcão).

##### RECURSOS BIBLIOGRÁFICOS

-- Camino, L.; Dilva, P.; Machado, A.; Pereira, C. (2001). A face oculta do racismo no Brasil: uma análise psicossociológica. *Revista Psicologia Política*, v. 1, n. 1, p. 13-36.

-- Lima, M. E. O. (2019). O que há de novo no “novo” racismo do Brasil? *Dossiê - educação das relações étnico-raciais na contemporaneidade: permanências e transformações*, 4(7). Disponível em <http://costalima.ufrrj.br/index.php/REPECULT/article/view/317>.

-- Vala, J., & Pereira, C. (2012). Racism: An Evolving Virus. *Proceedings of the British Academy*, 179, 49-70.

-- Fredrickson, G. M. (2015). *Racism: a short history*. Nova Jersey: Princeton University Press.

-- Taguieff, P. A. (2001). *Racismo*. Lisboa: Instituto Piaget.

-- Vala, J. (2015). Racismos: representações sociais, preconceito racial e pressões normativas. In J. C. Jesuíno, F. R. P. Mendes & M. J. Lopes (Eds.), *As representações sociais nas sociedades em mudança* (p. 153-183). (Coleção Psicologia Social). Petrópolis, RJ: Vozes.

Notas: